

OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



N.º 119 — ANO XXX — JULHO 1967

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000\$00

Pesquisa e extracção de diamantes
na
PROVÍNCIA DE ANGOLA
em regime de exclusivo

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.º – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração

e
Administrador-Delegado

Dr. Guilherme Luísello Alves Moreira

Presidente dos

Grupos Estrangeiros

Le Baron Pierre Bonvoisin

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA

Director-Geral

Eng. João Augusto Bexiga

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA

Representante

Dr. Silvio Guimarães

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.^a livros sobre
todos os assuntos escritos nas
principais línguas europeias

Damos informações biblio-
gráficas e aceitamos enco-
mendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

Telefones: 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns

Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

E. Pinto Basto & C.^a, Lda.

LISBOA

TRANSPORTES
MARÍTIMOS
E AÉREOS

AGÊNCIA DE TURISMO

SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
FOLHA DE FLANDRES
E AÇÓIS
EXPORTAÇÕES
IMPORTAÇÕES

No Porto:

Kendall, Pinto Basto & C.^a, Lda.

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm
dado para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas

800 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:

Rua da Madalena, 80, 1.^o — LISBOA

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58

• Telef. 32 86 63

• LISBOA



VISTA ALEGRE

Porcelanas

●
LOJAS:

Largo do Chiado, 18 – LISBOA
Av. Navarro, 42 – COIMBRA
R. Cândido Reis, 18 – PORTO
R. St.^a Isabel, 21 – PORTIMÃO

SEDE

L. BARÃO DE QUINTELA, 3-1.^o
LISBOA

CASA AFRICANA

●
**PREÇOS FIXOS
E MARCADOS
EM TODOS OS
ARTIGOS**

●
**ON PARLE
FRANÇAIS**

●
**ENGLISH
SPOKEN**

●
Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para **HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS**

●
**Rua Augusta, 161 – Telef. 32 42 64 - 65 P. B. X.
LISBOA**

**Rua Sá da Bandeira, 166 – Telef. 1361 P. B. X.
PORTO**

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXX

JULHO DE 1967

NÚMERO 119

Director, o Presidente da Junta Directiva
FERNANDO FREITAS SIMÕES

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 5-A

SUMÁRIO

	Pág.
LEITÃO DE BARROS	89
HOMENS CÉLEBRES DE LISBOA NA ÉPOCA ÁRABE pelo <i>Dr. José D. Garcia Domingues</i>	91
SOBRE OS «AMIGOS» Dois sonetos do <i>Dr. Abel Monteiro</i>	107
ALGUMAS NOTAS SOBRE TRÊS ESCRITORES OLISIPONENSES: MANUEL DE GALHEGOS — FRANCISCO LEITÃO FERREIRA — ANTÓNIO PEDRO LOPES DE MENDONÇA pelo <i>Eng.º Júlio Eduardo dos Santos</i>	108
ACTIVIDADE CULTURAL	130
FEIRA DA LADRA	134
SÓCIOS ADMITIDOS DURANTE O PRIMEIRO SEMESTRE DE 1967 ...	139
CAPA: A Ponte Salazar vista da Rua 1.º de Maio, junto da entrada da sede da Companhia Carris - Desenho de <i>J. A. Videira</i>	
VINHETAS de <i>J. A. Videira e Figueiredo Sobral</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores





Leitão de Barros

Acaba a morte de nos arrebatara mais um dos sócios fundadores dos «Amigos de Lisboa»! Desde os trabalhos preparatórios da constituição do Grupo, como membro da comissão que submeteu a aprovação oficial os estatutos, até ao desempenho das funções de vogal da Junta Directiva, presidente da Comissão de Contas e componente da Secção de Estudos de Estética e Urbanização, da qual ainda na presente gerência fazia parte, Leitão de Barros exteriorizou sempre louvável interesse pelos objectivos desta agremiação.

Enquanto outros manifestavam predilecção pelos estudos lisiponenses, desenvolvia ele prodigiosa actividade que, não só restrita a Lisboa mas ampliando-se a temas nacionais, no prestígio da nossa querida Cidade vinha quase sempre a reflectir-se: assim sucedeu quanto aos seus famosos cortejos históricos e torneio

medieval, Jardim das Belas Artes no Príncipe Real, primeira Feira do Jardim da Estrela, comemorações do VIII centenário da conquista de Lisboa e Exposição do Mundo Português.

A estas e muitas outras actividades — como escritor, jornalista, pintor, cenógrafo, dramaturgo, cineasta, operoso colaborador do Município, e tantas mais — soube imprimir colorido e conquistar êxito. Nem todos conseguem vencer, ou pelo menos diminuir, as inevitáveis deficiências de realizações numerosas e simultâneas, mas Leitão de Barros, pela sua inteligência, tudo pôde superar.

Ainda duas facetas da sua actividade merecem ser realçadas: a de renovador das artes gráficas, pela introdução, entre nós, de modernos processos, e a de professor de ensino secundário, função a que ascendeu mediante preparação universitária. O seu apreciado livro *Elementos de História da Arte*, escrito — segundo declarou — para bem servir os alunos do Liceu de Passos Manuel, aos quais o dedicou, e também para utilidade de professores, objectivos amplamente atingidos, demonstra a excelente orientação do Dr. José Leitão de Barros no campo pedagógico.



Leitão de Barros

Após a morte de seu avô, mais ou menos em 1880, Leitão de Barros mudou-se para Lisboa, onde se inscreveu no curso de Engenharia da Escola de Engenharia de Lisboa. Durante os estudos, desenvolveu uma grande paixão pela arte, especialmente pela escultura e pela pintura. Foi nessa época que começou a frequentar o atelier de José Leitão de Barros, onde aprendeu os fundamentos da arte e da arquitetura. A influência de Leitão de Barros foi decisiva para a formação artística de José Leitão de Barros, que se tornou um dos mais importantes artistas portugueses do século XX.

Homens Célebres de Lisboa na Época Árabe

pelo DR. JOSÉ D. GARCIA DOMINGUES

Na noite de 19 de Abril passado, realizou, no Salão do nosso Grupo, uma conferência sob o título «Novos Aspectos da Lisboa Muçulmana» o nosso prezado consócio Sr. Dr. José D. Garcia Domingues, Licenciado em História e Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e diplomado em Ciências Árábicas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Madrid.

Dessa conferência publicamos aqui um extracto dos passos, em que o autor se referiu aos homens célebres de Lisboa na época árabe e ao significado do seu conhecimento para a compreensão da estrutura étnica da cidade e da sua vida religiosa, literária, científica, política e social, na mesma época.

NÃO pretendemos fazer, aqui, de novo, a história árabe de Lisboa. Ela está feita na nossa «Lisboa Muçulmana» (1), e pouco poderíamos acrescentar ao que aí escrevemos.

Vamos, no entanto, evocar, os homens célebres de Lisboa, na época árabe, que fizeram não só a sua história política, mas também a sua história social e cultural.

(1) V. «Árabes e Moiros», in *Oito Séculos de História*, publicação monumental da Câmara Municipal de Lisboa, sob a orientação de Matos Sequeira. Lisboa, 1947, fasc. III e IV.

Como sabemos, Lisboa deve ter caído em poder dos Muçulmanos pouco mais ou menos na mesma altura que Santarém e Coimbra, por 714⁽²⁾. Santarém e Coimbra conseguiram um regime especial de transigência por parte dos vencedores⁽³⁾. É possível que Lisboa, rendendo-se, tivesse ficado numa situação semelhante⁽⁴⁾. No entanto, os casos de Santarém e Coimbra eram considerados insólitos⁽⁵⁾.

Não sabemos quem foi o primeiro governador da Lisboa Muçulmana. A mais antiga figura que nos aparece na Lisboa Muçulmana é um tal *Abdarramão ben Abide Alá* (Abd Al-Rah: mân ben Abîd Allâh) que nos fins do século VIII foi ao Oriente e estudou com Málique, o grande doutor da ciência jurídica muçulmana. Fala dele Ibne Alfáradi⁽⁶⁾.

Uma outra figura importante de Lisboa foi *Ibne Tumlus* que aqui se revoltou contra os Amires de Córdova em 808/9, mas acabou por ser dominado⁽⁷⁾.

(2) Sobre este assunto veja-se a nossa comunicação ao I Congresso de Estudos Árabes e Islâmicos, de Córdova, publicada no volume *Actas del Primer Congreso de Estudios Árabes y Islámicos*. Madrid, 1964, p. 215-230, de que se fez uma separata no mesmo ano.

(3) O Embaixador Algassâni na sua «Nobre carta dirigida às províncias espanholas» inserta na História de Ibne Alcotia, publicada na *Colección de Obras Arábicas de Historia y Geografía*, da Real Academia da História de Madrid, vol. II, 1926, p. 163-184, diz que, segundo Mohâmmede ben Mozaine (filho de último príncipe dos Banu Mozaine de Silves e autor de uma famosa História do Andaluz, hoje perdida, mas de que Algassâni possuía um exemplar), Santarém e Coimbra não tiveram as terras repartidas, como sucedeu noutras localidades.

(4) A única base que temos para supor que Lisboa se rendeu é o bem fraco «Memorial Latino Anónimo», publicado na *Monarquia Lusitana*, vol. II, Lisboa, 1609, por Frei Bernardo de Brito e Frei Prudêncio de Sandoval, no qual se diz «Abdalazim cepit Olixbona pacifice...», p. 398.

(5) O que se deu com Santarém e Coimbra não se verificou em nenhum outro ponto, a não ser em Gea, no Oriente da Espanha, conforme se pode ver na referida carta de Algassâni quando este transcreve o passo de Ibne Mozaine sobre o sistema em que ficou a propriedade territorial depois da conquista muçulmana.

(6) Aben Alfaradhi, *Historia Virorum Doctorum Andalusiae*, ed. de Codera, Bibliotheca Arabico-Hispana, tomo VIII, p. 215, n.º 775.

(7) Não sabemos se Ibne Tumlus era um chefe árabe rebelde ou um mandatário dos Asturianos que, anos antes, haviam tomado Lisboa. De qualquer maneira, ele foi vencido pelo príncipe Hixame, filho do amir Al-Hâqueme, que, nesse ano de 808/9, libertou toda a região ocidental do Tejo a Coimbra. Sobre o assunto veja-se a «Espanña Musulmana» de Levi Proença, *Historia de España de Menéndez Pidal*, vol. IV, p. 104 e 113.

Wabbe Alá ben Hazme é o mais antigo vali ou governador de Lisboa que conhecemos.

Ele encontrava-se à frente desta cidade pelo ano de 844, quando o Ocidente do Andaluz foi atacado, pela primeira vez, pelas esquadras da pirataria normanda. Imediatamente comunicou a Córdova do que se estava passando e o Amir ordenou rápidas providências, o que apenas atenuou a violência da invasão ⁽⁸⁾.

Nos fins do Califado, época de Almançor ben Abi Amir, viveu em Lisboa donde era natural, *Ibrahime ben Hárune ben Calafe ben Abdal-crime ben Saide Al-Masmúdi*, dos Berberes (Ibrâhîm ben Hârûn ben Khalaf ben 'Abd Al-Krim ben Sa'id Al-Masmúdí). Tinha por «kunya» Abu Isaac (Abu Ishaq) e era conhecido por Ibne Zaide, o filho do asceta.

Foi tradicionista. Estudou com Mohâmede ben Abdalmálique ben Aimane e Cácime ben Acebegue, grandes doutores em Córdova. Foi mestre de tradições, nesta cidade, durante quarenta anos. Com ele aprenderam homens notáveis. Morreu em 999 C., no reinado do califa Hixeme II, durante o governo de Almançor. Fala dele Ibne Alfáradi ⁽⁹⁾.

Nos fins do Califado de Córdova, mas em época um pouco posterior, aparece-nos o mais antigo cadi ou juiz de Lisboa hoje conhecido. Foi ele *Humâm ben Ahmede ben Abdalá ben Mohâmede ben Akdara ben Humân ben Háquime ben Soleimão ben Abderramão ben Sâlih Al-Atruxe*. (Humâm ben Ah:mad ben 'Abd Allah ben Muh:ammad ben Akdara ben Humâm ben H:akim ben Sulaiman ben 'Abd Al-Rah:man ben S:alih: Al-At:rûx).

Era originário de Córdova. Foi cadi de Lisboa, Santarém e Évora nos tempos que vão de Almodáfar ben Abi Amir até Hixame II pela segunda vez. Tinha por «kunya» Abu Becre. Mencionou-o Abu Mohâmede ben Hazme dizendo que, no seu tempo, foi único nas tradições e na eloquência. Estudou com Abu Mohâmede Al-Báji, Ibne Aidbe e Ibne Mufárrije. Morreu em Córdova, no mês de Rajebe de 357 H. (1030 C.)

⁽⁸⁾ Esta informação é dada com base num texto de «Al-Muqtabis» de Ibne Hayan. V. Levi Provençal, *obra citada*, p. 146.

⁽⁹⁾ V. Ibne Alfáradi, *obra citada*, n.º 39, p.19.

e foi sepultado no cemitério do arrabalde. Orou por ele o Cadi Yunus ben Abdalá. Nasceria em 421 H. (967 C.). Fala dele Ibne Pascoal ⁽¹⁰⁾.

Também viveu aqui nos fins do Califado e nos primeiros tempos das Taifas, *Abul-Hassan Al-Coráixi*, tradicionalista e poeta a quem se deve uma curiosa composição poética sobre a formiga ⁽¹¹⁾.

Ao entrarmos na época das Taifas a situação muda. Começam a aparecer muitas mais figuras notáveis, devido, sem dúvida, ao aumento da cultura nas províncias.

Sabemos que, nesse tempo, foi vali de Lisboa *Al-Judame ben Hude* (Abû Muh:ammad Al-Jud:am ben Hûd), um filho do rei de Saragoça que o havia repudiado pela sua cor negra. Al-Judame veio para o Ocidente e o Rei de Badajoz Almodáfar nomeou-o vali de Lisboa, onde fez um grande lugar. Quando voltou a Badajoz, como não levasse riquezas, riram-se dele, pois parece que era costume os valis de Lisboa enriquecerem à custa do erário público.

Quando lhe perguntaram: «Que ganhaste em Lisboa»? ele respondeu: «Honras que me farão eterno».

Compôs um famoso poema contra os Banu Hude que não queriam considerá-lo como dos seus ⁽¹²⁾.

Também nesta época se notabilizou em Lisboa o mais célebre poeta árabe desta cidade: *Ibne Mucana* (Ibn Muçana). Era natural de Alcabideche pelo que ficou conhecido por Al-Qabdâqî. — o de Al-Qabdâq, nome árabe de Alcabideche.

⁽¹⁰⁾ Ibne Pascoal-Assila, *Biblioteca Arabico-Hispaña*, I e II, 1883-95, n.º 1117, p. 105. Notícia reproduzida por Adábi, *Bibliotheca Arabico-Hispaña*, III, n.º 529, p. 212.

⁽¹¹⁾ Abul Hassane Ali ben Ismaíl al Coráixi Al-Uxbuni parece ser o nome completo deste poeta. A referida poesia está na «Adaquira» de Ibne Baçame de Santarém. Foi transcrita por Ibne Saíde Almágribi no seu «*Qitâb Al Râyât*». V. «Libro de las Banderas de los Campeones de Ibn Sa'íd Al-Mágribi, de Don Emilio García Gómez. Madrid, 1942, p. 167, onde figura a tradução espanhola correspondente ao texto antes publicado.

⁽¹²⁾ V. Henri Pérès, *La poésie Andalousse en arabe classique au XI^e siècle*. Paris, 1953, p. 263-446. Ibne Alabar na sua «Al-H:ulla al-Siyarâ» chama a Al-Judame «Dhûl Wizaratain» (duplo ministro ou primeiro ministro) e dá algumas poesias suas entre as quais a que apresentámos em versão portuguesa no nosso trabalho «Árabes e Moiros», in *Oito Séculos de História*, fasc. IV, p. 109. V. Ibn Al-Abbâr, *Al-Hulla al-Siyarâ*, edição crítica pelo Doutor Hussaine Mónées, tomo II, Cairo, 1963, p. 165-166.

Percorreu as diferentes cortes do Andaluz. Esteve em Saragoça, em Málaga, em Sevilha e em Badajoz. Escreveu notáveis poemas de louvor: um deles dirigido a Almundir ben Hude, de Saragoça, outro a Edris II, Rei de Málaga. Este último poema tornou-se célebre.

No fim da vida, voltou a Alcabideche. Aí o foi encontrar um amigo de Ibne Baçame, o notável antologista de Santarém, com uma podadeira nas mãos, apanhando espinhos. E nessa região compôs Ibne Mucana⁽¹³⁾ um famoso improvisado aos campos de Alcoitão⁽¹⁴⁾.

Mais tarde, tornou-se célebre, em Elvas, um austero juiz com o mesmo nome. Supõe-se que era seu filho ou seu parente próximo⁽¹⁵⁾.

Ainda na época das Taifas Lisboa teve homens célebres como *Mohâmede ben Yâhya ben Muzâhime Al-Ançári Al-Mácari Al-Cazráji* (Muh: ammad ben Yahya ben Muzâhim Al-Ans:âri Al-Maqqari Al-Khazrajî). Tinha por «kunya» Abu Abdalá. Habitou em Toledo, mas era originário de Lisboa. Entre as suas obras figura o «Livro da Abertura».

Foi ao Oriente. Estudou com Abul-Hassane Al-Abâssi Al-Mácari e Ibne Mutáhar. Morreu nos princípios do ano de 502 H. (1108 C.). Referese-lhe Ibne Pascoal⁽¹⁶⁾.

Sadune ben Masude Al-Murádi, de gente de Niebla, tinha por «kunya» Abul Fathe. Viveu, durante muito tempo, em Lisboa. Em 1078, quando Silves era governada como uma província de Almotâmide ben Abade, Rei

(13) O nome completo de Ibne Mucana era Abu Zaide Abdarramão ben Mucana, como se pode ver nos manuscritos da «Adaquira» de Ibne Baçame, de Oxford e de Bagdade.

Do primeiro temos um microfilme, do segundo foi-nos possível consultar fotocópias em Madrid.

(14) Nos manuscritos da «Adaquira» de Oxford e de Bagdade aparece a palavra «Al-Qabdân» que supomos ser Alcoitão e não Al-Qabdâq (Alcabideche) como parece estar no manuscrito de Tunes da mesma obra.

Sobre o elogio de Edris II de Málaga por Ibne Mucana de Lisboa apresentámos uma comunicação às V Sessões de Cultura Hispano-Muçulmana de Málaga, em Dezembro de 1966. Aí pudemos fazer a reconstituição completa do poema e a sua tradução, assim como o devido comentário crítico. A comunicação de Málaga será publicada em seu tempo.

(15) Ibne Mucana de Elvas, conhecido pela «kunya» de Abu Isaac, foi cadí de Badajoz e fez parte da embaixada que os príncipes de Taifas enviaram a Marrocos a pedir socorro a Yúçufe ben Taxufine contra os cristãos de Afonso VI de Leão e Castela. Ibne Abdune de Évora fala de uma visita que lhe fez Al-Motawáquil, Rei de Badajoz, durante a qual ele se portou segundo todas as regras do protocolo.

(16) Ibne Pascoal, *obra citada*, n.º 1117, p. 505.

de Sevilha, foi para aquela cidade algarvia onde actuou como leitor do Alcorão. No fim da sua vida, estava em Málaga.

Foi linguista, literato e jurista. Morreu cerca de 520 H. (1126 C.), segundo a notícia de Alcântari, notável escritor de Silves cuja família era natural de Al-Qantarat Al-Saif (actual Valência de Alcântara). Fala de Sadune ben Masude Al-Murádi, Ibne Alabar⁽¹⁷⁾.

Ibne Abdalbar, natural de Córdoba, foi no tempo dos Banu Alaftas, de Badajoz, cadi de Lisboa e de Santarém. Distinguiu-se como notável jurista e deixou obras de muito valor. Foi igualmente poeta⁽¹⁸⁾.

Entrando-se já na época dos Almorávidas, vemos como cadi de Lisboa *Yúçufe ben Mufárije ben Calafe* (Yuçuf ben Mufarrij ben Kbalaf), por «kunya» Abu Omar, conhecido por Ibne Saracúlia, de gente de Lisboa⁽¹⁹⁾.

Por este tempo, *Mohâmede ben Omar ben Mundir* (Muh:ammad ben 'Umar ben Mundir) de gente de Lisboa, distinguiu-se em Sevilha, como tradicionista. Com ele aprendeu tradições Abu Mohâmede Abdal Wahabe, filho de Mohâmede Al-Lácmi. (Abû Muh:ammad 'Abd Al-Wahab Ibn Muh:ammad Al-Lakbmî). Mencionou-o Alcântari. Fala dele Ibne Alabar⁽²⁰⁾.

Também foi cadi de Lisboa, neste tempo, *Abu Zaide Abdarramão ben Edris*, natural desta cidade. Sustentava a doutrina de Abu Abdalá Mohâmede ben Ahmede ben Masude Alcântari, que ouvira em Silves. Escreveu obras de muito valor. Cita-o Ibne Cair (Ibn Khair)⁽²¹⁾.

(17) Ibne Alabar, Tecmila, «Apendice a la edición de la Tecmila» de Ibne Alabar. Man. do Cairo, Biblioteca particular de Solimão Paxá, ed. de A. González Palencia y Maximiliano Alarcón, n.º 2667, p. 329.

(18) V. A. González Palencia, *Historia de la Literatura Árabe-Española-Labor*, 2.ª ed. Barcelona, 1945, p. 264. No nosso estudo *Árabes e Moiros* publicámos a versão portuguesa de uma poesia sua. As suas poesias foram dadas por Ibn Saíde Almágribi e por Almácri, respectivamente no *Mugrib* e no *Naḥb: Al-T:ib*. Nykl na sua obra *Hispanic Arabic Poetry and its relations with the old provençal troubadours* apresenta versões inglesas de poemas seus. V. *Árabes e Moiros*, fasc. IV de «Oito Séculos de História», p. 107-108.

(19) Ibne Alabar, *obra citada*, n.º 2800, p. 380. Estudou com o Máhdi Ibne Yúçufe Al-Warâque e foi mestre do cadi Abul-Hassane Al-Zahrâwi.

(20) Ibne Alabar, *Tecmilat*, Ed. de Codera, B. A. H., *Complementum libri Assilah*. Madrid, 1889-1896, 2 vols., I, 177, n.º 627.

(21) Ibne Alabar, *obra citada*, II, 560, n.º 1591.

A época dos Almorávidas devemos atribuir, igualmente, o poeta de Lisboa *Ibne Sa'ar* ⁽²²⁾, de quem conhecemos alguns poemas, um dos quais dedicado a um nobre de Salé que o salvou do cativo, pagando aos cristãos avultada quantia ⁽²³⁾.

Bacar ben David Al-Meruani (Bakkâr ben Dâwûd Al-Marwâni), de Sintra, é um dos poetas de que se orgulha a região de Lisboa. Foi místico e poeta. Encontramos-lhe referências em *Ibne Sa'ide Almagribi* ⁽²⁴⁾.

Em 1144 verificou-se no Algarve, a Revolução dos Muridas. Em 1147 D. Afonso Henriques e os Cruzados tomavam Lisboa, ao mesmo tempo que as tropas de Barraç, general almóada, entravam na Península, em apoio a *Ibne Cáci*, destronado Senhor de Mértola.

É possível que os Muridas ainda tenham dominado em Lisboa. Como sabemos, o murida *Ibne Labide* revoltou-se em Santarém ⁽²⁵⁾ e é de admitir que a sua revolução tenha chegado a Lisboa, onde pode ter encontrado adpetos.

De qualquer modo, os Almóadas já não atingem Lisboa. Quando muito, teriam estado aqui, depois dos Almorávidas, os Muridas. Mas não temos provas disto.

⁽²²⁾ De seu nome Mohâmede.

⁽²³⁾ V. *Ibne Sa'ide Almagribi*, *Mugrib*, Ed. de Xauqî Daife. Cairo, 1953, 2 vols., I, p. 411-412.

⁽²⁴⁾ Fala também dele *Almâcari* no *Nafh: Al-T:ib*. Segundo *Ibne Sa'ide Almagribi*, no *Mugrib*, Ed. de Xauqî Daife, I, p. 415. Bakkâr ben Dâwûd Al-Marwâni nasceu no mês de Safar do ano de 440 H (1048 C.) na cidade de Sintra. Depois deslocou-se para Córdova. Seguidamente, habitou em Lisboa. Era extremamente dedicado ao ascetismo e à meditação. Morreu na guerra santa contra o inimigo (cristão).

Segundo *Almâcari* esteve também em Saragoça. Só depois voltou a Lisboa. Andava pelos montes alimentando-se de peixe e de plantas silvestres. Na opinião de Henri Pérès, foi um dos mais antigos sufis do Andaluz. V. *La Poésie Andalouse en Arabe Classique au XI^e Siècle*. Paris, 1953, n.º 2,453,458, p. 66.

⁽²⁵⁾ *Ibne Alcatibe* é quem dá notícia deste personagem e da sua revolta. David Lopes em «Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano», *Boletim de 2.^a Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. III, fasc. IV, Abril, 1910, p. 341, chama-lhe Governador de Santarém. Porém o que está no texto árabe transcrito pelo próprio Dr. David Lopes é «Sahib» ou seja «Senhor», designação que indica uma independência embora relativa, título que está mais apropriado ao seu sistema de governo em Santarém. Os príncipes das Taifas que se tornavam independentes tomavam, com frequência, o título de «Sahib».

Em 1147, depois do cerco de D. Afonso Henriques e dos Cruzados, Lisboa caiu em poder dos Cristãos. Todavia, nem por isso desapareceram os árabes notáveis de Lisboa.

Era de Lisboa *Ibrabime ben Abdalcáder ben Fatub* que tinha por «kunya» Abu Isaac, conhecido por Ibne Xanih. Nasceu em Lisboa em 1105. Estudou com Abul-Hassane ben Al-Tarara. Fez a peregrinação a Meca. Escreveu sobre ele Abu Tárir Al-Salafi ⁽²⁶⁾.

Calafe ben Hixane ben Hassane Al-Amawi, por «kunya» Abu Becre, era, igualmente, de Lisboa. Viveu na cidade de Silves. Estudou com Abu Becre ben Abada Al-Bataliausi.

Foi alfaqui e depois cadi da cidade de Silves. Aqui o encontrou e acompanhou, durante algum tempo, Ibne Cair, que ouviu dele um poema ascético de Abu Isaac, o de Elvira, (Al-Ilbirî). Aprendeu com ele Abul-Hassane ben Mun'im ⁽²⁷⁾.

Um último homem notável árabe de Lisboa foi *Hassane ben Ahmede ben Omar ben Mufárrije ben Calafe ben Haxime Al-Mákari Al-Uxbúni* que viveu em Algeciras. Tinha a «kunya» de Abu Ali e era conhecido por «Al-Zarqáll».

Ouviu lições de Abul-Hajaje Yúçufe ben Labib Al-Murádi e chegou a governador de Algeciras. Morreu em 1206, em idade avançada, diz-se que com 85 anos. Teria nascido por 1124. Devia ter uns 20 e tal anos quando os Portugueses tomaram Lisboa, e, muito naturalmente, fugiu nessa altura para o sul da Península. Refere-se-lhe Ibne Alabar ⁽²⁸⁾.

GRUPOS ÉTNICOS DA REGIÃO DE LISBOA

Se, agora, procurarmos determinar que elementos se fixaram, depois da invasão muçulmana, na região de Lisboa e que elementos aí se tornaram notáveis, deveremos distinguir três grupos étnicos: *Árabes, Berberes e Muladis*.

⁽²⁶⁾ Ibne Alabar, *Tecmilat As-Sila* de Ibn Alabar. Man. de Fez, ed. por Alfred Bel e Ben Cheneb. Argel, 1920, n.º 370, p. 184.

⁽²⁷⁾ Ibne Alabar, *Tecmila*, Ed. de Codera, 1,52, n.º 173. In: *B. A. H.*, v e vi.

⁽²⁸⁾ Ibne Alabar, *Tecmila, obra citada*, 1, n.º 47, p. 21.

Entendemos por árabes não só os árabes da Arábia, como os de outros povos vizinhos da Arábia, islamizados logo nos primeiros séculos depois da Hégira.

Entre estes contaremos os mequenses, Coreixitas da tribo de Maomé, como aquele *Abul-Hassane Ali ben Ismail Al-Coráixi*, que tinha a dignidade de xerife, isto é, pertencia à família do profeta Mafoma⁽²⁹⁾.

Também aqui se encontravam medinenses como esse *Casráji Al-Ançári* que foi ao Oriente, aí estudou com mestres notáveis e se fez escritor⁽³⁰⁾.

Mas muitos outros nomes de árabes que sabemos que eram de Lisboa denunciam uma proveniência das melhores tribos, clãs e famílias da Arábia, tal como os *Azdi*, os *Wáhibe*, os *Mácari*, os *Amáwi*, etc.⁽³¹⁾.

Não há dúvida de que Lisboa deve ter recebido, através dos tempos, uma importante colonização de árabes puros.

No que respeita ao elemento berbere, a sua presença está bem testemunhada por aquele *Ibrabime ben Hárune ben Saíde Al-Masmúdi* que se nos apresenta como tradicionista nos fins do Califado de Córdova⁽³²⁾.

Não é de admirar a presença de um homem notável dos Masmudas em Lisboa. Sabemos que uma importante família masmuda, no século IX,

(29) Trata-se do tradicionista e poeta, autor da composição sobre a formiga. Foi esta, sem dúvida, a figura da região de Lisboa mais próxima da grande nobreza árabe. São também xerifes, ou seja, da família de Mafoma, os sultões e reis de Marrocos da actual dinastia.

(30) As duas grandes tribos de Medina (Yatrebe) que auxiliaram Maomé na Hégira, foram os Aus e os Cazraje ('Awse Khazraj). Ambas tomaram o título de Al-Ançári (auxiliar) e são consideradas da grande nobreza árabe. Acresce a isto que os Cazraje foram os que contrataram a Hégira com Maomé. Por outro lado, diz-se que um antepassado de Maomé casara com uma cazraje pelo que haveria no seu sangue, sangue cazraje. O cazraje de Lisboa era, assim, da grande nobreza árabe. Sobre o assunto veja-se: C. Brockelmann, *Histoire des Peuples et des États Islamiques*, trad. de M. Tazerout, Paris, 1949, p. 25-27; M. Gaudefroy-Demombynes, «Mahomet», in: *Col. L'Évolution de l'Humanité*, Paris, 1957.

(31) Os Banu Wáhibe constituíam uma grande família árabe, descendente dos Azd, árabes do Sul ou Catânidas. Sabemos, por Ibne Alabar, que em Espanha se estabeleceram em Lora e daqui passaram a Sevilha. Nos fins do Califado, devido às guerras civis que se verificaram, dispersaram-se por vários pontos do Andaluz. Um deles foi, em Silves, mestre de leituras corânicas de Almotávide ben Abade quando este era apenas príncipe desta cidade. Um outro veio para Lisboa e deu aqui origem a numerosa prole, que se notabilizou. Havia na Lisboa Muçulmana um ramo importante dos Banu Wáhibe segundo Ibne Al-Kutaba. V. Ibne Alabar, «Appendice a la edición de *Codera de la Tecmila* de Ibn Alabbar», n.º 2750, p. 360.

(32) Morreu na época de Almançor ben Abi Amir.

dominava em Coimbra e em Alcácer⁽³³⁾. Abu Dânis ben Ausaje, príncipe dos Masmudas e Senhor de Coimbra, opôs-se sempre às revoltas que na região se verificavam contra o poder central de Córdoba. A sua acção foi notória na luta contra Ibne Marwan o Galego, no reinado do Amir Mohâmede I⁽³⁴⁾. Nos princípios do Califado de Córdoba Abdarramão III nomeou para o governo de Alcácer e da montanha próxima *Yabia ben Abi Dânis* e *Abdalá ben Omar ben Abi Dânis* da família dos Banu Dânis, da qual Alcácer tomou o nome⁽³⁵⁾. Pois esta importante família dos Banu Abi Dânis ben Ausaje era uma família dos Berberes Masmudas.

Os Berberes estavam grandemente espalhados nas nossas Beiras e na linha do Tejo.

Não podemos esquecer um outro elemento berbere que se fixou fortemente na região de Lisboa — os *Sabrawi* (Saharianos) ou *Saloios* que ocuparam toda a região de culturas hortícolas de Sacavém a Sintra, pelo norte da cidade e muito naturalmente muitas outras posições, ao Sul, na Outra Banda. No entanto, quer-nos parecer que o afluxo dos Saharawi, pelo menos, o mais importante, é já do tempo dos Almorávidas, pois foram estes os que estiveram mais em contacto com os Saharianos e não os árabes das primeiras invasões.

(33) A notícia está na *Jambra* de Ibne Hazme que, falando das famílias berberes estabelecidas no Andaluz, diz: «Os Banu Dânis ben Ausaje foram senhores de Coimbra e a um seu ascendente se refere o nome de Alcácer Abi Dânis na região do norte», p. 466.

(34) Nos novos cadernos do *Al-Muqtabis* de Ibne Hayane, referentes aos fois do reinado de Abdarramão II, princípios do de Mohâmede I, que vão ser editados no Cairo, pelo meu excelente amigo Dr. Mahmude Makki, diz-se que Sadun Axumrumbaqui, o famoso general guerrilheiro que se aliara a Ibne Meruane o Galego, revoltoso de Mérida e Badajoz, ao saber que este ia ser atacado pelas tropas do Amir Mohâmde, saiu do seu esconderijo no Norte e foi em socorro do seu amigo e aliado. E acrescenta: «Quando passou pela cidade de Coimbra, esta estava nas mãos dos muçulmanos e era dominada pelos Banu Dânis, dos Masmudas, fiéis partidários do Amir, os quais tinham como príncipe Ibne Dânis Ausaje.»

Agradecemos ao Dr. Makki a revelação deste texto, tão importante para a história social e étnica da região hoje portuguesa.

(35) V. *Una Crónica Anónima de Abd Al-Ra:bamân III Al-Nâs:ir*, ed. e trad. de Levi-Provençal e García Gómez. Madrid, Granada, 1950, texto árabe, p. 85, trad. esp. p. 158, onde se lê que, no ano de 317 (929/30), foram nomeados por Abdarramão III «Yáhya ben Abi Dânis e Abdalá ben Omar ben Abi Dânis para o alcácer cujo nome provém do da sua família, no Ocidente, e para a montanha próxima».

Um outro elemento étnico podemos distinguir na região de Lisboa — o *Muladi*, isto é, o daqueles que, sendo hispânicos e vencidos, se haviam convertido ao Islamismo, por interesse ou por contágio.

Entre outros, podemos distinguir *Abdarramão ben Abide Alá* que foi ao Oriente e se fez discípulo de Málique, no próprio século da invasão. Com efeito, a expressão Abide Alá (Abíd Allah), «servo de Alá», indica, dum modo geral, um converso do Islamismo.

O mesmo se pode dizer de *Ibne Mucana*, cujo nome não ultrapassa, na indicação da ascendência, o do avô, outro sinal de que se não trata de um árabe nem de um berbere, que se alongavam na expressão de grandes e pomposas genealogias até um ascendente célebre, muito remoto.

Sob toda esta gente dominadora, ficava na época árabe a dominada, hispano-godos, dum modo geral cristãos, conhecidos por os *Moçárabes*.

Em Lisboa havia-os, não só de remotas eras, mas sobretudo depois das ocupações leonesas, mais ou menos temporárias. Assim se pode verificar naqueles passos da Crónica de Osberno em que se fala do Bispo que foi morto pelos assaltantes e dos vencidos que invocavam Santa Maria ⁽³⁶⁾.

Os Moçárabes de Lisboa, que certamente já haveriam sofrido muito com a ocupação dos Almorávidas, voltaram a sofrer, segundo parece, quando da conquista portuguesa. A sua posição era dúbia, visto que para poderem sobreviver tinham de prestar preito de fidelidade às autoridades muçulmanas.

VIDA RELIGIOSA NA LISBOA MUÇULMANA

Pouco se sabe sobre a vida religiosa muçulmana na região de Lisboa. Temos, em primeiro lugar, a referência a um indivíduo que, nos inícios do Califado de Córdoba, andou por aqui a fazer de profeta. Pretendia descender de Abd Al-Mutálibe e ter por mãe Miriam, filha de Fátima. Apresentava-se como profeta e dizia que o Arcanjo Gabriel lhe fazia revelações. Criou preocupações às autoridades e impôs luta.

⁽³⁶⁾ Sobre este assunto veja-se a Carta a Osberno, texto latino e tradução portuguesa por Vieira da Silva, *Conquista de Lisboa aos Mouros*. Lisboa, 1936, p. 107 e 109.

Todavia, quando foi procurado, desapareceu, sem deixar vestígios⁽³⁷⁾.

Também *Ibrahim ben Hárune* ficou conhecido como o asceta de Lisboa, o que parece indicar que se dedicava à vida ascética⁽³⁸⁾.

Já na época das Taifas viveu em Lisboa *Bakkâr ben Dâwâd Al-Marwâni*, natural de Sintra, filósofo, místico e asceta que andava pelos campos, com mulher e filho, em oração e meditação.

Tomou parte numa incursão contra os Cristãos e nela veio a morrer em fama de santidade por ter cumprido o «jihâd». Escreveu alguns poemas em que revela o seu pensamento religioso, segundo o qual «o homem foi tirado do nada e o coração do homem abandonado de Deus é como uma folha seca exposta a todos os ventos»⁽³⁹⁾.

POETAS DA LISBOA MUÇULMANA

No que se refere à literatura na região da Lisboa Muçulmana assinalaremos principalmente os poetas, pois não encontramos nem romancistas, nem contistas.

O mais antigo dos poetas da Lisboa Muçulmana parece ter sido aquele *Abul-Hassane Al-Coráixi*, autor de um interessante poema sobre a formiga.

Na época das Taifas, devemos considerar, em primeiro lugar, *Ibne Mucana* de Alcabideche. Ele compôs, como dissemos, poemas de louvor a Almúndir, Rei de Saragoça e a Edris II, Rei de Málaga. Também é dele um poema de exaltação dos campos de Alcabideche.

(37) Fala dele Ibne Idári no seu «Bayân al-Mugrib», *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée Al-Bayano l-Mogrib*, Traduite et annotée par E. Fagnan. Argel, 1900, 2 vols., no II volume, referente ao Andaluz.

(38) Embora a notícia de Adábi repita a de Ibne Alfáradi, há nela, no entanto, uma pequena diferença. Ibne Alfáradi diz que Ibrahim ben Hárun era conhecido por Ibne Zaid, ou seja, o filho do asceta; Adábi chama-lhe simplesmente Al-Zaid — o asceta, dizendo que por tal era conhecido. V. Adábi (Adh-Dhabbí), «Dictionarium Biographicum», *B. A. H. de Codera*, tomo III, Madrid, 1885, n.º 529, p. 212.

(39) Em *Almácarí-Analectes*, II, p. 227. V. Henri Pérès, *La Poésie Andalouse en Arabe Classique au XI^e Siècle*. Paris, 1953, p. 458.

(40) *Ibne Idári, Bayan Al-Mugrib*, trad. de Fagnan, vol. II, parte referente ao Andaluz,

Todos estes poemas e mais alguns versos encontram-se na «Adaquira» de Ibne Baçame de Santarém, vol. II, um precisamente dos que ainda não estão publicados.

Há, desta obra, vários manuscritos: o de Oxford (de que possuímos um microfilme), o de Paris, que é cópia deste, o de Bagdade, de excelente e clara caligrafia e o de Tunes, pouco conhecido, mas utilizado por Henri Pérès.

O poema de louvor a Almúndir de Saragoça nunca foi traduzido, que eu saiba. Do poema de louvor em honra de Edris II de Málaga havia traduções parciais.

Tive o prazer de realizar a primeira tradução deste poema na sua forma completa ou quase, que encontrei no manuscrito de Bagdade. Essa tradução foi apresentada por mim nas V Sessões de Cultura Hispano-Muçulmana, de Málaga (Dez., 1966).

Quanto ao poema em louvor dos campos de Alcabideche, julgo haver variantes nos diferentes manuscritos.

Com efeito, nos de Oxford e Bagdade podemos ler:

Ó tu que vives em Al-Qabdân (Alcoitão)

ao passo que no de Tunes, que não possuímos nem em fotocópia nem em microfilme, Henri Pérès leu:

Ó tu que vives em Al-Qabdâq (Alcabideche).

Além destes poetas, podemos ainda falar, na época das Taifas, em Lisboa, de Al-Judâme ben Hude e de Ibne Abdalbar.

Al-Judame é o autor da referida sátira aos Banu Hude de Saragoça, pelo desprezo a que o votaram.

Ibne Abdalbar tem três poemas líricos de mérito, dos quais se reveste de especial interesse aquele em que, tendo notado a pouca atenção que lhe dava a sua amada, renuncia a ela. Outros são a descrição da amada, segundo o estilo da poesia arcaica e uma réplica a alguns que o criticavam pelo seu amor dos banquetes.

Bakkâr ben Dâwûd Al-Marwâni é autor de vários poemas místicos que se podem encontrar em Ibne Saíde Almágribi e em Almácari. Esperamos,

na primeira oportunidade, traduzir esses poemas que têm muito interesse não só para o conhecimento da mística sufi ocidental como da própria técnica poética no ocidente do Audaluz.

O último, cronològicamente, poeta árabe de Lisboa Muçulmana foi *Ibne Sawâr*. Num dos seus poemas elogia um nobre de Salé que o salvou do cativoiro. Num outro, declara o seu amor a Salé, terra do seu benfeitor.

HOMENS DOUTOS DA LISBOA MUÇULMANA

Os árabes reconhecem duas espécies de ciências: as sagradas e as profanas.

Entre as sagradas estão a Teologia, a Tradicionologia (ciência do «Hadith» ou das tradições) o Direito (Fîq) e a Língua, na medida em que esta é necessária para a compreensão do Alcorão. Entre as ciências profanas figuram a História, a Matemática, a Astronomia, a Filosofia, a Medicina, etc.

Em Lisboa encontramos alguns homens doutos que se notabilizaram pelos seus conhecimentos de Tradições e de Direito.

Entre os *tradicionalistas* de Lisboa estão *Ibrahim ben Hárune*, o *Masmuda* e *Mohâmede ben Múndir*; entre os juristas: *Abdarramão ben Abide Alá*, que seguiu o rito maliquita, e *Ibne Abdalbar*.

Ibrahim ben Fatub é conhecido apenas como escritor, devendo-se entender que escreveu livros de ciências sagradas ou profanas.

VIDA POLÍTICA DA LISBOA MUÇULMANA

VALIS E CADIS

A documentação hoje conhecida permite-nos assinalar a existência em Lisboa, na época árabe, de alguns valis e cadis.

Um deles foi aquele *Wababe Alá ben Hazm* que, quando da invasão normanda, avisou o Amir de Córdova da chegada da armada dos piratas Majus e que teve de fazer face aos seus ataques.

Outro foi, na época das Taifas, *Al-Judâme ben Hûde*, da família dos Banu Hude, de Saragoça, que Almodáfar, Rei de Badajoz, colocou à frente do Governo de Lisboa e que, como se sabe, se portou muito dignamente no exercício da sua função.

Quanto aos cadis ou juízes, em cujas mãos estava o destino da vida jurídica e social islâmica, podemos assinalar *Humame Al-Atruxe*, nos fins do Califado.

Na época das Taifas, foi aqui cadi *Ibne Abdalbar*, jurista e escritor, poeta notável.

Já em tempo dos Almorávidas distinguiram-se em Lisboa, como cadis, *Ibne Saracúlia* (possível apodo romance como aquele de Al-Atruxe) e *Abdarramão ben Edris*, talvez da família dos Edricitas.

Ainda hoje não sabemos quem governava Lisboa quando do ataque de D. Afonso Henriques e dos Cruzados.

Na Crónica de Osberno fala-se apenas do *Alcaide de Lisboa*, não se sabendo sequer se se tratava de um cadi ou juiz que muitas vezes, em momentos de crise, assumiam funções governativas, se de um Kai'd ou general, visto que o nosso termo alcaide provém precisamente da confusão entre aquelas duas designações árabes.

VIDA SOCIAL NA LISBOA MUÇULMANA

Não temos muitos elementos sobre a vida social na Lisboa Muçulmana. Não sabemos qual o tipo de vida que aqui se fazia.

De outras cidades, como Silves, temos notícias de tertúlias literárias, de disputas, e de prémios para os melhores poetas, mas aqui faltam todos esses elementos.

O tipo geral da vida colectiva islâmica deve ter sido o tipo de vida em Lisboa na época árabe, com o seu movimento de mesquita, os seus cadis e alfaquis, as suas tertúlias intelectuais, os seus negócios de «suq», etc. Mas aqui haverá também que ter em conta uma classe de marneiros dando vida não só ao bairro de Alfama, mas a toda a cidade.

Árabes e berberes, muladis e moçárabes aqui viveriam mais ou menos em harmonia.

No entanto, uma figura entenebrece a ideia que se poderia fazer da harmonia social da Lisboa muçulmana. É aquele *Ali ben Axra* que em 948, nos princípios do Califado, foi crucificado e morto em Córdova depois de se lhe terem cortado os pés e as mãos, por haver feito grandes devastações e praticado assaltos nos caminhos. Era um homem de Lisboa (40).

Não sabemos se os crimes por ele praticados o teriam sido na região de Lisboa. No entanto, dado o ano da sua morte, estamos em que a sua figura podia ser ligada à do falso profeta que apareceu por aqui. Com efeito, as façanhas desse falso profeta verificaram-se por 944, isto é, apenas 4 anos antes da morte de Ali ben Axra.

Nada mais natural que Ali ben Axra tenha tomado parte, como figura dirigente, num movimento de sublevação política que acompanharia o das novas revelações do pseudo neto de Fátima. E a fúria com que se desferiu contra ele um castigo tão violento parece estar indicando isso mesmo. Devastações e assaltos nos caminhos seria o que dois séculos depois anunciaria a proclamação de Ibne Cáci como Mahdi dos Muridas.



Sobre os «Amigos»

O nosso consócio, Ex.^{mo} Sr. Dr. Abel Monteiro, ilustre advogado e jornalista, director do «Correio de Nisa», acompanhou-nos gentilmente na nossa visita a Castelo de Vide, Marvão e Nisa e foi propositadamente a Évora-Monte, Évora e Monsarás para estar connosco. Em Évora, no nosso almoço, apresentou os dois sonetos que se transcrevem e na altura foram lidos pelo nosso Secretário-Geral e pelo Dr. José Videira.

São cativante gentileza que muito se agradece.

6 de Agosto de 1967

NA EUFORIA DA CHEGADA

Ao Doutor Eduardo Neves

AMIGOS DE LISBOA, eu vos saúdo,
no momento feliz, quando os revejo.
Meu coração exulta em doce arpejo;
e nele só prazer é conteúdo.

De Olisipo admiro, além de tudo,
seus encantos sonháveis — azulejo
policromo e gracioso, em que festejo
fidalgas tradições, honrado escudo.

E, assim, vós, descendo até ao Sul,
da margem desse Tejo todo azul,
com bondade e saber que vos sobejam,

trazeis da Capital — Nobre Lisboa —
as suas gentilezas, a coroa
dum fidalgo brasão. BEM-VINDOS SEJAM!

NA NOSTALGIA DA PARTIDA

Ao Dr. José Videira

Na tarde calma, em pura gentileza,
o almoço decorreu alegremente,
como é timbre da nossa boa gente,
da forte tradição bem portuguesa.

Recordando delícias desta mesa,
o Grupo vai com Deus, parte contente;
e cá me deixa triste — alma dolente —
de vós todo saudoso, em tal crueza.

Mas, creiam, MEUS AMIGOS — é verdade —
sinto em mim a fatal ansiedade
de me alongar de quem não mais esqueço;
adoro a emoção, tenho prazer,
a volúpia indizível de sofrer,
em troca da euforia dum regresso!

6-8-1967

Abel Monteiro

*Algumas notas sobre
três escritores lisiponenses:*

MANUEL DE GALHEGOS

FRANCISCO LEITÃO FERREIRA

ANTÓNIO PEDRO LOPES DE MENDONÇA

pele Eng.º JÚLIO EDUARDO DOS SANTOS

A ocorrência de centenários de figuras ou factos, ligados à história de Lisboa, tem sido várias vezes comemorada pelos *Amigos de Lisboa*. Pode mesmo dizer-se que reflecte orientação já habitual. Assim se procedeu, em 1965, em relação ao tricentenário da morte do poeta Manuel de Galhegos e ao primeiro centenário do falecimento do escritor e jornalista António Pedro Lopes de Mendonça; e, em 1967, ao tricentenário do nascimento do académico e historiador, beneficiado Francisco Leitão Ferreira.

Procurou-se, como em evocações anteriores da mesma finalidade, reduzir a parte biográfica em favor da apreciação crítica de personalidades, ou da interpretação de factos, quando sejam estes o objecto de tais comemorações; já a simples enunciação de problemas para ulterior estudo terá o seu valor.

Das intervenções do autor, encarregado das evocações em referência, apresenta-se a seguir um epítome.

MANUEL DE GALHEGOS

(1597 – 1665)

Escassos são os elementos de que podem dispor os que pretendam ocupar-se da biografia deste escritor lisboeta, que viveu algum tempo em Madrid, onde estabeleceu relações de grande amizade com Lope de Vega, e veio a abraçar a carreira eclesiástica após ter enviuvado, havendo recebido a ordem de presbítero (secular).

Os autores que se lhe referiram com louvor, e muitos foram, quase só repetiram o que a seu respeito dissera Barbosa Machado, em termos empolados: «Entre os canoros cisnes do Parnaso Português, mereceu lugar eminente assim pela cadência do metro, como pela elegância das vozes, e descrição dos conceitos, ou fosse metrificando em assuntos heróicos ou líricos. O sublime entusiasmo de que o dotou a natureza se admirava ornado de vasta erudição aprendida por todo o espaço da sua vida imitando, e muitas vezes excedendo, os maiores Poetas de diversas Nações.»

O autor da *Biblioteca Lusitana* coligiu vários testemunhos alheios, de admiração pelo engenho de Galhegos; mas não faltam os que, desfavoráveis à maioria dos poemas épicos do século XVII — que classificam de vastos repositórios de pretensiosas hipérboles a desafiarem a mais acendrada paciência —, atacam a *Gigantomachia*, a maior e mais citada das obras de Manuel de Galhegos, e incluem em idêntico desfavor outras produções suas.

Méritos não lhe faltavam. Posteriormente à sua época, ainda eles foram reconhecidos por José Maria da Costa e Silva no tão apreciado *Ensaio Biográfico-Crítico sobre os Melhores Poetas Portugueses*, publicado de 1850 a 1859: «Linguagem pura e harmoniosa, expressão animada e muitas vezes pitoresca, versificação corrente e sonora, imaginação rica e fecunda, acompanhada de bastante erudição e originalidade.»

A sua obra, porém, não se limita àquele poema épico. Infelizmente, só em parte bem restrita chegou até nós, considerando-se perdida — ou talvez não tendo mesmo chegado a imprimir-se por completo — a quase totalidade da sua poesia lírica. Deste género, conhece-se uma *Canção*, de louvor a Gabriel Pereira de Castro, o celebrado autor da *Ulisseia*, e os poemas *Templo da Memória*, escrito por ocasião do casamento de futuro Rei D. João IV, e *Obras Varias*

al real palacio del Buen Retiro. Como prosador, também a sua arte tem sido louvada; especialmente o *Discurso Poético* [em prosa], que acompanha algumas das edições da sobredita *Ulisseia*, é prova evidente de quanto lhe era familiar a leitura dos poetas gregos. Aliás, foi altamente versado nas línguas latina e grega, e escrevia com grande perfeição e elegância, mesmo quando os temas, que desenvolvia, eram algo ingratos.

O *Templo da Memória* reveste-se de especial interesse, tanto por exaltar um dos maiores vultos da nossa história, como por ser escrito na língua pátria. O já citado crítico Costa e Silva acentua que o autor desenvolve, nesta extensa obra, muito rica imaginação e apropriada invenção, distinguindo-se pela multidão e variedade dos quadros poéticos com que a adornou; e José Agostinho de Macedo lamenta que tão excelente poema tenha caído em desprezo, «como tudo o que entre nós não vem do estrangeiro». Nota curiosa é ter o próprio Galhegos, no prefácio, asseverado que era acto de audácia editar poemas em português...

O pequeno excerto, a seguir apresentado, respigado da descrição do noivo, é muito curioso. Elogio justo, em que não falta sequer alusão à ciência musical do Restaurador:

Este do melhor tronco illustre ramo,
Ilustre ramo de melhor Pereira;
Este a quem eu desde Bragança aclamo,
Até lá donde nasce a luz primeira;
Pode igualar com pares superiores
Em número os troféus de seus Maiores.

De mente superior, de engenho agudo,
Foi sempre das Ciências namorado,
Das Letras coração, alma do estudo
Em várias artes vive celebrado,
Quando eloquente a Lácia pena toma
O que em Túlio perdeu, conhece Roma.

Que clara, que sublime, que florida
A elegância Latina resplandece
Em seus doutos escritos! Que luzida
Em seu discurso a Lógica floresce!
Com que brandura, com que suavidade
Move, encarece, inclina, persuade!

... ..
Com tanta graça, e tanto adorno fala
A língua do Francês, que bem pudera,
Se se vestira de Francesa gala,



Frontispício do poema Gigantomachia, a obra mais conhecida de Galhegos
— edição de 1626 (embora deva ser de 1628)

Exemplar da Secção de Reservados,
da Biblioteca Nacional de Lisboa

Fazer que por seu Rei França o tivera,
Que do que a rege, Príncipe eminente,
Não é mais que no traje diferente.

Cuidadoso, solícito, engolfado
No imenso mar da música, procura
Ir por algum caminho desusado
A dar novos preceitos à doçura:
E a descobrir na orgânica harmonia
Números novos, nova melodia.

Quando douto e harmónico pretende
Encher de várias flores um motete,
Com graça superior as vozes prende
E com tanta destreza um passo mete
Que antes que este suavíssimo feneça
Outro, mudando de intenção, começa.

Por novos modos, nova variedade
Faz caminhar a voz; talvez a obriga
A que fuja com rara suavidade,
Talvez a que galharda um passo siga,
Ora com lei de números lhe manda
Que trémula se quebre e pare branda.

As *Obras Varias al real palacio del Buen Retiro*, em verso, visam a defesa da construção do palácio. Constituindo embora o menos valioso dos trabalhos poéticos do autor, foram reproduzidas por António Pérez y Gómez em edição diplomática — Valência, 1949. Também a *Silva Topografica* (a primeira das composições do livro) figura como apêndice do estudo de Elias Tormo y Monzó sobre Velásquez e o salão do Bom Retiro, incluído no volume *Pintura, escultura y arquitectura* — Madrid, 1949. Para este crítico, o poema de Manuel de Galhegos apresenta a solução de problemas de erudição concernentes ao célebre pintor, constituindo o primeiro reconhecimento do valor da sua obra genial.

Pouco mais se conhece da autoria ou publicado sob responsabilidade do poeta português: duas comédias — *El Infierno de Amor* (adiante referida) e *Valor, Beldad y Aficion*; possivelmente a *Relação de tudo o que se passou na felice aclamação do mui alto e poderoso Rei Dom João o IV*, atribuída também ao padre Nicolau da Maia; e vários números da célebre *Gazeta*, o primeiro periódico português. Resta ainda o pequeno poema mitológico *Anaxárete*, a que só adiante aludirei, para melhor ordenação destas notas.

TEMPLO
DA MEMORIA.

POEMA EPITHALAMICO, NAS FELICISSIMAS bodas do Excellentissimo Senhor Duque de Barchançã, & de Barcelos : Marquez de Villauçosa: Conde de Ourem, de Arraiolos, de Penhafiel, de Neiva: Senhor de Alegrete, de Monforte, de Villa do Conde; & Condestable de Portugal.

ANTES. *João Moreira Escr.*

SENHOR DE GVI MARAINS, DE VALENÇA, de Montemor o novo, de Almada, da Bidigueira, & o mais antigo Duque de Europa.

PER TELA.



PER HOSTES.

AVTOR MANOEL DE GALHEGOS.

Com as licenças necessarias. Em Lisboa. Por Lourenço Craesbeeck Impr. del Rey. A custa do Duque. Año 1635.

Frontispício do poema Templo da Memória, obra raríssima, mais ainda do que o poema Gigantomachia

Exemplar da Secção de Reservados,
da Biblioteca Nacional de Lisboa



Não pode deixar-se sem desagradável comentário a atitude de Inocência que, no tomo v do *Dicionário Bibliográfico Português*, nota ser tido Galhegos, com desar seu, entre os émulos e críticos de Camões, contando-se a este respeito — acrescenta — «factos que fazem pouca honra à sua memória». E encaminha o leitor, no objectivo de esclarecimento do assunto, para o vol. I das *Obras de Camões*, edição do Visconde de Juromenha. Eis o que escreveu o benemérito iniciador desta notável reimpressão camoniana:

No prelúdio da *Gigantomachia*, fol. 6, referindo-se a uma passagem de Ovídio, Galhegos interpreta estes versos do nosso Poeta, que diz *fuè el que solo penetrò los reconditos de los poetas latinos*:

e o sol ardente
Queimava então os Deuses que Tifeu
Com temor grande em peixes converteu.

No fim deste prelúdio, aludindo ao Gigante Adamastor, diz que segue a Luís de Camões na distribuição que faz da batalha dos gigantes em três esquadrões.

No *Discurso Poético*, que precede a edição da *Ulisseia* de Gabriel Pereira de Castro, elogiando a este pelo talento que mostrou no exórdio da narração que começa no princípio da fábula, critica Camões por começar no meio, e mais adiante diz: «E não se entenda que o meu ânimo é reprovar a Luís de Camões, que isto, em que ele se não ajustou com a arte, é cousa em que muitos se enganaram; e não lhe tira a autoridade, que tem tanta, que não será repreendido quem o seguir; porque a *Lusíada* merece que a tenhamos por texto, e eu reconheço nela toda a grandeza e excelência que com tão grande erudição observa em seus discursos políticos o Doutor Manuel Severim de Faria, Chantre e Cónego da Sé de Évora».

Acaso esta crítica faz pouca honra à memória de quem a escreveu? Este e outros juízos infundados, e tantos se nos deparam no seu monumental *Dicionário*, é que são merecedores de contundente reparo a fazer a Inocência.

O Visconde de Juromenha alude também a certas referências de D. Francisco Manuel de Melo aos méritos de Galhegos, embora nos *Apólogos Dialogais (Hospital das Letras)* se nos deparem algumas passagens de crítica discordante. A parcialidade de Inocência vai, porém, ao ponto de omitir louvores tributados a Galhegos pelo grande polígrafo, focando apenas divergências...

Lamento que os restritos limites destas breves notas não permitam o amplo comentário, que o assunto merece. Afigura-se-me que as palavras escritas pelo autor do *Auto do Fidalgo Aprendiz*, no

Hospital das Letras, foram talvez produto de crítica ocasional. Quem sabe se D. Francisco Manuel, se tivesse revisto o original com vista a publicação, não as teria modificado? (*Os Apólogos Dialogais* só foram dados à estampa póstumamente). O que mais interessa é ter este autor escrito composições poéticas em louvor de Galhegos, que se encontram na *Gigantomachia* e no *Templo da Verdade* e não foram renegadas, como demonstra a sua inclusão nas *Obras Métricas*, aparecidas em 1665 (ano em que faleceu Galhegos). Considero muito significativa esta circunstância. Entre a publicação do *Templo da Verdade* e a das *Obras Métricas* mediaram trinta anos, o que favorece a minha modesta opinião de que não afrouxara a admiração do grande polígrafo por Galhegos. Aliás, D. Francisco Manuel de Melo na *Primeira Parte das Cartas Familiares* (carta 1 da centúria quarta), coloca Manuel de Galhegos, «poeta heróico, lírico e cómico», em paridade com grandes valores do meio literário da época.

Na minha comunicação nos Colóquios Olisiponenses, desenvolvi o tema da pretensa oposição a Camões manifestada por Galhegos, e frisei não haver para ela fundamento. Basta ter em consideração que, no início da *Gigantomachia*, o seu autor inclui o nosso grande Épico no grupo dos maiores poetas, cognominando-o de «excelentíssimo poeta». Baseando-se em D. Francisco Manuel e no Visconde de Juromenha, outros vieram, como Inocêncio, avolumando o que inicialmente pouco significava e se resumia a certa discórdância de fundo crítico.

Posteriormente às minhas considerações, foi dada a público uma obra de envergadura (embora a sua impressão tivesse sido concluída no ano anterior, 1964): *Manuel de Galhegos — Um Poeta entre a Monarquia Dual e a Restauração*, do Dr. Heitor Martins, em que a mesma conclusão é apresentada, com base em sólida argumentação.

O autor — como logo de início declara — apresenta um estudo literário, mas visa um panorama mais amplo: o da ideologia de toda uma época. Aliás, o livro é feito com um interesse cada vez maior por certo período pouco estudado da literatura portuguesa: o século XVII. Na impossibilidade, pelo menos de momento, de apreciar este tão interessante livro, limito-me a referir que muito o valoriza a revelação de uma peça inédita de Manuel de Galhegos, *El Infierno de Amor*, «comédia famosa» (Ms. Reservado n.º 82 da Biblioteca Nacional de Madrid).

Limitando esta exposição ao caso camoniano, tomo a liberdade de transcrever da obra em referência as seguintes considerações do Sr. Dr. Heitor Martins (feitas depois de notar que Galhegos pre-

feriu citar, como obra favorável a Camões, o que de melhor fora escrito até então — e já acima se deixou dito —, os *Discursos* de Severim de Faria, ou seja mais um tento para si do que para os seus críticos futuros):

Toda a «violenta» crítica a Camões reduz-se então à afirmação de que ele fugiu aos limites estabelecidos por Aristóteles. E mais, que teria feito isto para não interpretar correctamente o princípio dado por Virgílio à sua *Eneida*. Na base disto, D. Francisco Manuel de Melo — e na sua esteira o Visconde de Juromenha — julgaram de bom alvitre colocar Galhegos no inferno dos anti-camoistas. A partir daí, o que se tem feito é apenas repetir o autor do *Fidalgo Aprendiz* e o editor de Camões: Galhegos, esquecido por sua obra, é lembrado apenas por algo que nunca fez e que ninguém jamais se deu ao trabalho de examinar.

Na verdade, o que temos é bem diferente. Reconhecendo, em várias ocasiões, o valor de Camões, Galhegos, aristotélico e retórico, tem a coragem de ver que a «epopeia da raça» não é perfeita em todos os seus momentos. Uma coragem que era apenas honestidade crítica em sua época, mas que, depois, transformou-se ora num acto de bravura ora num arrojo de vaidade e inveja.

Ainda uma referência ao trabalho de Heitor Martins, mas de carácter geral: se para o autor é ainda Manuel de Galhegos figura complexa e paradoxal, um enigma, a primeira das quatro conclusões apresentadas deve ser destacada: «Galhegos não é um autor tão secundário como tem sido considerado e bem pode ter uma posição ao lado dos bons escritores portugueses do seu século».

É este o momento próprio para aludir ao já fugidamente citado poema mitológico *Anaxárete*, de que até hoje apenas dois críticos haviam tratado, o nosso Costa e Silva e José Maria de Cosío. O Dr. Heitor Martins analisa, a nova luz, essa obra, que em sua opinião é a peça literária acabada mais importante de Manuel de Galhegos, se se considerar apenas de um ponto de vista estético. Assim, o valor do poeta da *Gigantomachia* vai-se ampliando, através da crítica erudita.



Digna de especial referência a concessão, feita a Manuel de Galhegos, do privilégio de impressão e venda da *Gazeta*, em que se relatam as novas todas, que houve nesta corte, privilégio dado com todas as reservas do costume e sem limitação de tempo. O alvará desta mercê, expedido em Novembro de 1641, é do seguinte teor:

Eu elRey faço saber aos que este alvara virem que, havendo respeito ao que na petição atraz escrita diz Manuel de Galegos [*sic*], e vistas as cauzas

GAZETA,
EM QV ESE
RELATAM AS NOVAS
TODAS, QVE OVVE NESTA
CORTE, E QVE VIERAM DE
varias partes no mes de Nouem-
bro de 1641.



Com todas as licenças necessarias
E privilegio Real.
EM LISBOA.
Na Officina de Lourenço de Anueres,

*Rosto do primeiro número do célebre periódico Gazeta,
de que foi concessionário Manuel de Galhegos*

que alega: Hey por bem e me praz que imprimidor, livreiro, nem outra pessoa de qualquer calidade que seja, possa imprimir nem vender em todos estes reynos e senhorios as *Gazetas das novas deste reyno*, de que na dita petição faz menção, senão o suplicante ou a pessoa que elle para isso nomear como pede.

Lisboa, 14 de Novembro de 1641 (*Chanc. de D. João IV, liv. xv, fl. 3 v.*)

O primeiro número da *Gazeta* foi publicado no próprio mês e ano desta concessão. Trata-se do mais antigo periódico português, visto as *Relações* de Manuel Severim de Faria, aparecidas em 1625, e várias outras publicações de igual ou equivalente título, como *Papéis Volantes*, *Notícias Avulsas*, etc., maior valor não apresentarem de que o de simples precursoras da *Gazeta*, sem a regularidade desta (Cf. *Olisipo, Berço do Periodismo Português*, por Alfredo da Cunha — sep. de *Olisipo* n.ºs 7 e 8, 1939). A Lisboa cabe não só a honra de ter sido o berço da Imprensa portuguesa, mas também a de ter um seu muito ilustre filho assumido participação de relevo em tão notável empreendimento. É de notar não se conhecer rigorosamente a parte que Manuel de Galhegos terá tomado na redacção do noticiário, que D. António Caetano de Sousa chegou a atribuir a D. João IV.

Logo no ano seguinte, é proibida a impressão das *Gazetas*, «em razão da pouca verdade de muitas, e do estilo de todas» (Cf. João Pedro Ribeiro — *Índice Cronológico Remissivo da Legislação Portuguesa* [...]). Não pode negar-se que os números publicados sob responsabilidade de Manuel de Galhegos constituíram excepcional meio de propaganda da independência nacional restaurada. O certo é não estar suficientemente esclarecido o motivo da resolução oficial tomada, a partir da qual raros informes até nós chegaram deste lisboeta de incontestável valor na vida portuguesa, tanto pela sua actividade literária como pela actuação social. Tem de reconhecer-se haver vantagem de mais profundamente estudar a biografia deste curioso vulto lisboeta. Oxalá sejam coroados de êxito os esforços que ao assunto forem consagrados!

FRANCISCO LEITÃO FERREIRA

(1667 – 1735)

Para conhecimento da biografia deste laborioso investigador, concomitantemente cultor de diversos géneros literários, apenas há um recurso: apelar para Diogo Barbosa Machado, no *Elogio Fúnebre do Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, Académico da Academia Real da História Portuguesa*, inserto na *Colecção dos Documentos e Memórias* da mesma corporação, ano de 1736. Mesmo Anselmo Braamcamp Freire e o Prof. Joaquim de Carvalho, nas notáveis edições de obras deste escritor que dirigiram (adiante referidas) limitaram-se a incluir nelas reproduções desse meticoloso trabalho do abade de Sever, à falta de outros elementos esclarecedores.

No objectivo de resumir, nestas evocações, dados biográficos, fáceis de obter, para esse elogio remeto o leitor acaso interessado no assunto, limitando-me a referir que Leitão Ferreira foi aluno do Colégio de Santo Antão, dos padres jesuítas, onde — diz Barbosa Machado — «causava pasmo e admiração aos mestres, emulação e inveja aos discípulos». Tendo preferido a vida eclesiástica à secular, logo atraiu as atenções de distintas figuras da Igreja, designadamente de dois dos núncios apostólicos em Portugal. Foi pároco em Santiago, de Tavira, e em Santa Maria, de Porto de Mós, e seguidamente fixou-se na sua cidade natal, onde, por mais de trinta anos, superintendeu na igreja do Loreto. Entre os elogios, que lhe foram feitos no estrangeiro, avultou o de João Marangoni na obra *Tesaurus Parochorum*, impressa em Roma no ano de 1730.

Cultor profundo do latim e do italiano, orador (sobretudo nos primeiros anos da sua actividade sacerdotal) e grande bibliófilo, cultivou largamente a poesia e contribuiu para o movimento das academias literárias da época. Deste seu último labor proveio a obra *Nova Arte de Conceitos*, onde se encontram divagações curiosas, que os críticos inimigos de tais cenáculos, como Rebelo da Silva, não deixaram mais tarde de censurar.

Para apresentar um exemplo da faceta poética de Leitão Ferreira, e para demonstração do seu patriotismo, transcrevemos dos *Prelúdios Encomiásticos ao que obraram D. Manuel Pereira Coutinho e seus filhos no choque que no Campo de Monsanto teve com o ini-*

migo o Real Exército da Beira — Londres, 1704, o primeiro dos seus sonetos:

A heróica acção de Dom Manuel Pereira Coutinho entrar pelos batalhões do inimigo só com sua pessoa, e tomar-lhe o Estandarte

Entra animoso no Marcial conflito
O grande Herói Pereira Lusitano,
Abrindo a seu alento mais que humano,
No Exército Espanhol, passo infinito.

Toda a circunferência do distrito,
Que a ardente espada faz no arrojo Hispano,
Coa linha ocupa, que conduz ufano
Ao centro, que temeu seu braço invicto.

Mas não contente desta ilustre glória,
Aspirando a mais ínclitas empresas,
Ganha o Estandarte com valente fúria.

Que para excelso timbre da vitória,
Quis pôr aos pés das Quinas Portuguesas,
Coa honra do troféu, de Espanha a injúria.

A parte mais notável da sua acção é constituída pela valiosíssima colaboração dada à Academia Real da História Portuguesa, criada por decreto de 8 de Dezembro de 1720, para a qual entrou na qualidade de académico fundador, entre cinquenta individualidades dessa forma distinguidas. Nesta academia fizeram-se, pela primeira vez, investigações pròpriamente históricas, tarefa facilitada pela protecção que o Rei lhe dispensou desde início, facilitando-lhe a obtenção de cópias de todos os arquivos do Reino e dotando-a do pessoal necessário para o efeito. Também é digna de elogiosa nota a isenção de licença do Desembargo do Paço para todos os livros que publicava.

A Academia Real da História devem-se obras notabilíssimas, como a *Biblioteca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado; *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de D. António Caetano de Sousa; *Memórias para a História de D. João I*, de José Soares da Silva; *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, de Francisco Leitão Ferreira, além de muitas outras. A Academia não esquecia o auxílio a escritores de fracos recursos, tendo o seu auxílio permitido a publicação do célebre *Vocabulário*, de Rafael Bluteau, do *Corpus illustrium Poetarum Lusitanorum* [...], do padre António dos Reis, etc.

As obras de investigação, devidas a Leitão Ferreira, não caíram em esquecimento; assim, Anselmo Braamcamp Freire publicou, com prefácio e notas de grande interesse, um seu importante inédito: *Notícias da Vida de André de Resende pelo beneficiado Francisco Leitão Ferreira, Académico Real do Número*. Publicadas, anotadas e aditadas por A. B. F. Edição [sep.] do Arquivo Histórico Português — Lisboa, 1916.

Na dedicatória desta primeira edição a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que entre nós tinha perfeita notícia do grande humanista biografado, não de simples leitura, mas de insistente estudo e reflectida averiguação, escreveu Braamcamp Freire sobre a obra de Leitão Ferreira:

As notícias da vida de Resende são neste tratado, com paciente investigação e apropriada crítica, averiguadas. As obras do antiquário, repletas de dados autobiográficos, foi Leitão Ferreira procurá-los e, depois de bem destrinchados, os agrupou por ordem cronológica, tirando deles com critério as notas biográficas lá apuradas. A estas juntou outras extraídas dos livros, tanto dos contemporâneos do humanista eborense, como de outros que a ele se referem, e ainda mais algumas dos documentos que pôde alcançar. Destes elementos compôs Leitão Ferreira a sua narrativa, harmónica, interessante, bem deduzida e merecedora de crédito.

Mais de cento e oitenta anos decorreram desde a conclusão do livro: neste intervalo têm-se pesquisado numerosos cartórios, têm-se examinado e publicado milhares de documentos; inacreditável seria se entre eles nenhum apparecesse capaz de esclarecer algum facto menos claro, ou até de trazer à luz alguma ocorrência ainda inotada da vida de Resende. Apareceram; é certo. Nas notas os aproveito e deles me utilizo, não contudo para corrigir erros essenciais no estudo de Leitão Ferreira, mas simplesmente para corroborar asserções suas, para divulgar minúcias ignoradas do biografado.

A consagração assim prestada à memória de Leitão Ferreira, seguiu-se, volvidos vinte anos, outra de grande envergadura. A impressão das *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, acima referidas, levada a cabo pela Academia Real da História, limitou-se à primeira parte da extensa obra; porém, por determinação da comissão directora das publicações comemorativas do IV centenario da trasladação da Universidade para Coimbra, foi essa parte reeditada e publicados todos os inéditos do autor, concernentes ao mesmo estudo. A colecção completa consta dos seguintes volumes:

Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra, escritas pelo beneficiado Francisco Leitão Ferreira. Primeira Parte, que comprehende os anos que decorrem desde o de 1288 até principios do de 1537. Segunda edição, organizada por Joaquim de Carvalho, Prof.

da Universidade de Coimbra «*Universitatis Conimbrigensis Studia ac Regesta*». Coimbra, 1937. A Segunda Parte consta de três volumes (o último com dois tomos). A impressão de toda a obra, de cerca de 3500 pp., de grande formato, terminou em 1956.

Francisco Leitão Ferreira — *Alfabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra desde 1537 em diante*. «*Universitatis [...]*» — Coimbra, 1937, XVI, 483 pp.

Sobre o trabalho do autor escreveu o douto Prof. Joaquim de Carvalho, há anos falecido:

Com admirável diligência, aplicou Francisco Leitão Ferreira os derraideiros anos da vida ao apuramento e redacção das *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*. Tão grande e absorvente empresa não podia levá-la a cabo, mormente pelo critério noticioso e cronológico ao qual subordinava a ordem e ligação das matérias, sem o auxílio de copiosos repositórios, nos quais arquivasse, à espera da oportunidade da redacção, os resultados das pessoais leituras e das alheias informações.

É este livro marco capital na bibliografia histórica da Universidade portuguesa. Afiguram-se nos razoadas as críticas que lhe censuram o estilo prolixo e difuso; porém, sem embargo destes visíveis e às vezes fastidiosos defeitos, seria injustiça recusar-lhe, ou mesmo diminuir-lhe, a diligente probidade com que o seu laborioso autor coligiu e, sobretudo, castigou eruditamente os factos.

Por ela, a sua obra logrou o prémio invejável e admirável de durar e resistir às vicissitudes das opiniões e às alterações dos critérios históricos; por ela, e só por ela, volvidos dois séculos sobre a respectiva redacção, as *Notícias Cronológicas da Universidade de Coimbra*, por muito que lhe descontemos a exiguidade da problemática e a carência de informes, juízos e relações histórico-científicas, constituem um monumento digno da erudição do seu século e cuja consulta é sempre prestimosa.

Para apreciar convenientemente a meticulosidade posta na redacção destes trabalhos, impõe-se a consulta de alguns dos elementos de que se serviu o autor. Pude avaliar o esforço que dispendeu, ao examinar, na Biblioteca Nacional de Lisboa, o ms. 108, do F. G., anotado pelo próprio Leitão Ferreira: *Extracto das Notícias, que o Doutor Bertolameu de Macedo Malheiro, Provedor da Comarca de Coimbra, remeteo á Academia Real da Historia Portuguesa no anno de 1721. E na dita Academia foráo entregues a mim o Bn.^{do} Fran.^{co} Leitam Ferreyra, para as Memorias Ecclesiasticas do Bispado de Coimbra, que me estam encomendadas. Anno 1726.*

III

ANTÓNIO PEDRO LOPES DE MENDONÇA

(1826 - 1865)

Apesar de escassos anos de existência, ainda cerceados por assaz dilatado período de grave perturbação mental, conquistou este notável lisboeta lugar de grande relevo no nosso meio literário, tendo-se distinguido entre a plêiade romântica dos seguidores de Garrett e Herculano.

Alfacinha de gema, no justo dizer de um seu panegirista — feição que ressalta de grande parte da sua vasta obra —, leão de elegâncias nos mais exigentes meios sociais, foi profundo renovador da crítica literária, historiógrafo de vulto, fantasista de grande originalidade, mas indiscutivelmente desenvolveu a sua mais valiosa actuação como criador do folhetim em Portugal. Pela precocidade, extensão e brilho dos seus escritos cabe-lhe, sem favor, lugar de relevo na nossa história literária.

Se como romancista o seu labor não atinge o nível a que chegou em outros géneros, não pode esquecer-se que legou livros de nomeada, como *Recordações de Itália* e *Memórias de Literatura Contemporânea* (este ainda hoje alvo de grande apreço), que denotam a aguda clari-vidência da sua análise; que folhetins da *Revolução de Setembro* são lúcidos documentários da nossa vida social do século XIX; e que os seus estudos históricos, em que avultam os dispersos pelas colecções das *Memórias* da Academia das Ciências — de que foi sócio e bibliotecário —, são também ainda dignos de estima no nosso tempo. O grande público é que esqueceu a sua obra, o que não admira se considerarmos que apenas um dos livros, as *Memórias de um Doido*, mereceu, dezenas de anos após a morte de Lopes de Mendonça, os desvelos de um editor corajoso.

Numerosos autores ocuparam-se desta singular figura de escritor e jornalista, como Inocêncio, Pinheiro Chagas, Júlio César Machado e Bulhão Pato (e tantos outros do seu tempo), com o mesmo interesse de muitos nossos contemporâneos, entre os quais Henrique Lopes de Mendonça, Mendes dos Remédios, Fidelino de Figueiredo e Jacinto do Prado Coelho, este num substancioso estudo inserto na *Perspectiva da Literatura Portuguesa no Século XIX*.



Belos modelos de prosa cintilante podemos, com facilidade, encontrá-los em muitas das suas obras, melhor dizendo, em todas. Como exemplo, um pequeno excerto do prólogo dos *Ensaio de Crítica e Literatura* (Setembro de 1848):

Este livro é o resultado das lucubrações espontâneas, e quase improvisadas do jornalismo. Se é possível que tenha algum merecimento, é apenas o de reflectir os estudos de um mancebo de vinte e um anos, que não duvida de si, nem do País que o viu nascer.

Ninguém aprecia o que se consome de coragem e de esforço para resistir às lutas que assaltam qualquer vocação literária. É um longo poema de sofrimento, que nem tem o mérito da novidade. O mundo só se lembra das agonias do escritor, quando elas se terminam por sanguinolenta catástrofe. Desde Camões morrendo num hospital, até Garção encerrado dentro de uma masmorra, há mais de um exemplo eloquente para acusar a sociedade madrasta, que não acolhe o talento senão quando ele brilha com a sua própria glória.

Ousado inovador no manejo da nossa linguagem, nem sempre em tal faceta colheu sufrágios laudatórios, ante a reacção dos mais acérrimos puristas, de cuja intransigência brilhantemente se defendia. Também no prólogo da obra em referência, escreveu Lopes de Mendonça acerca de tão delicada questão:

No nosso trabalho sobre *A Poesia e a Mocidade* nem sempre seguimos as prescrições consagradas da língua: quando não tínhamos palavras, inventámo-las e cremos que fizemos bem. Vítor Hugo escrevia no prefácio do *Cromwell*: «As línguas são como o mar—oscilam de contínuo. Em certos tempos, deixam certas praias do mundo do pensamento, e invadem outras. Tudo quanto a sua onda deixa deserto, seca e apaga-se do solo. É por este modo que se extinguem certas ideias, e desaparecem certas palavras. Os idiomas são como tudo [...]. No dia em que se firmam, é quando morrem».

O que o distinto poeta diz da língua francesa, podemos nós com mais razão afirmar da portuguesa. Estivemos dois séculos em repouso, quase completo: a nossa língua sofreu a mesma operação que na agricultura se chama *pousio*. Ressuscitaram novas ideias, lutaram novos interesses, moveu-se o povo, sequestrado a toda a acção política,—o que aconteceria à língua? Agitou-se, modificou-se, transformou-se, enriqueceu-se.

Lopes de Mendonça bastas vezes apreciou, em desempoeirado julgamento, a precária situação dos escritores portugueses. Ouçamos o que sobre ela deixou exarado na introdução das *Recordações de Itália*, obra dedicada a Alexandre Herculano e justamente considerada das melhores produções do fogaoso folhetinista:

Se não houvesse no mundo editores, declaro que não escrevia uma linha desta viagem.



António Pedro Lopes de Mendonça
Est. da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa

A Itália é viajada, palmo a palmo, por todos os *touristes* do mundo. Alguns dias antes da minha chegada a Veneza, a gorda e espirituosa individualidade de M. Teófilo Gauthier havia, como eu fiz depois, saudado o Leão de S. Marcos, passado pela Ponte-dos-Suspiros, atravessado a cidade em gôndola, e tomado alguns sorvetes no café da *Parthenopea*.

As suas impressões hão-de ser lidas pròximamente por todo o mundo, que soletra, no folhetim da *Presse*. As minhas, ainda que valessem alguma coisa, auguro desde já, que não passam do Cabo da Roca, senão para entreterem alguma brasileira, negra como os bronzes de Florença, na hora sacramental de uma calmosa sesta.

Ora, se é assim, tenho o direito de ser muito mais sensaborão do que é razoavelmente permitido a um escritor público.

Recorro de novo à mesma bela colectânea de crónicas de viagem, num triplo objectivo: focar o profundo amor que o autor consagrava à sua cidade natal, cuja história e pitoresco queria ver estudados, conforme plano que levemente esboçara — o que, só decorrido cerca de um quarto de século, o grande Júlio de Castilho tornou realidade; salientar quanto era sincera a amizade e elevada a admiração que nutria por Herculano — em quem as *Recordações de Itália* despertaram entusiasmo paralelo ao que lhe haviam suscitado as *Viagens na Minha Terra* —; e ainda o são patriotismo que sempre o levou a exaltar os autênticos valores nacionais. Escreveu Lopes de Mendonça:

Quem duvida de que Lisboa é tão rica de tradições, como as mais nobres e altivas cidades? Mas o terramoto arrancou da sua frente os seus sublimes brasões. O camartelo moderno raspou-lhe illustres pergaminhos; e só a erudição pasmosa e a profunda intuição filosófica do nosso amigo A. Herculano é que pode não só reedificar pelo pensamento a velha Lisboa, com os seus becos, praças, travessas e ruas, mas dar vida às gerações, cujo pó ignorado o vento varre, ao descair das tardes do estio.

Na dedicatória da mesma obra a Alexandre Herculano:

A nobreza compra-se com dinheiro: os velhos nomes aristocráticos ou desaparecem pela acção do tempo ou se apagam pela longa inacção de gerações degeneradas: a única realeza incontestável do século é a da inteligência — os únicos brasões que o povo hoje respeita são os que se adquirem pelo culto austero da ciência, pelas ímprobas vigílias do estudo e do trabalho.

Não é para me fazer cortêsão da nova realeza, que tende a elevar-se sobre as ruínas dos velhos preconceitos de raça, e das modernas usurpações do feudalismo monetário, que eu lhe dediquei este livro.

Português, podia saudar o historiador das nossas glórias; literato, podia prestar homenagem a um dos criadores da literatura moderna portuguesa, sem que me acusassem de lisonjeiro; mas a verdade é que os dotes eminentes do filósofo, e do pensador, valem menos a meus olhos do que as virtudes austeras e o carácter elevado do homem: é a esse, que me honra com a sua estima e

amizade, que eu consagro este livro, cuja insuficiência literária apenas pode ser desculpada atendendo a que foi escrito com a rapidez inevitável, que acompanha os trabalhos da imprensa periódica.

E todavia, se há ocasião para acatar e engrandecer a glória dos homens, que representam intelectualmente um País, é quando se viaja em nações estranhas, é quando vemos esquecida a grandeza e quase perdida a memória dos feitos que ilustram a Pátria e lhe concederam um tão eminente lugar na história da civilização moderna.

Das variadas produções literárias de Lopes de Mendonça — algumas delas pequenas obras-primas dispersas — não podem ser omitidas as que destinou ao teatro, onde apenas alcançaram pleno êxito muitos *provérbios* e comédias num acto, salvos pela elegância do diálogo. Nesta modalidade sobressaíram: *Como se Perde um Noivo*, *Casar ou Meter Freira*, *Já é Tarde* e *A Bom Entendedor Meia Palavra...* Este último provérbio, escrito em francês, parece ter sido neste idioma representado por uma companhia de declamação que actuou em Lisboa.

Homem elegante, mundano, que pròdigamente esbanjava o talento, foi de modo admirável descrito por outro mestre folhetinista, Júlio César Machado, precisamente o seu sucessor como colaborador da *Revolução de Setembro*, por indicação de José Estêvão. Do livro *Aquele Tempo*, transcreve-se o seguinte espirituoso passo:

Numa tarde de 1850, estando numa lojita na Rua do Ouro, lojita que abriu e fechou sem quase chegar a ser conhecida, e que foi a primeira tentativa comercial do livreiro Silva ou Silva livreiro, por ser assim que lhe chamam todos, esse que tem hoje a famosa livraria do Rossio, andando a farejar não sei que livros de estudo, e demorando a vista de vez em quando ora num romance, ora numa comédia, sempre com o ar de estar procurando um compêndio: vi entrar ruidosamente com uns modos meio excêntricos, meio petulantes um homem alto, forte, magnífico, de cabelos loiros compridos, ombros largos, peito aberto, perna firme e intrépida.

O livreiro Silva ia escrevendo. O homem ia para a porta, tirando-nos um pouco a luz que não tinha outro sítio por onde entrar, falava a um e a outro, cumprimentava as senhoras, deixava-se cortejar reverentemente pelos boleeiros, vinha, ia, acendia um charuto, cantava um trecho de música com palavras em italiano,

O ciel tu sai si Mathilde m'è cara,

apostrofava alguém que ia passando, dizia um grande adeus a este, um simples bom-dia àquele, prometia o que quer que fosse a um pretendente, replicava não sei o quê a um credor, depois girava outra vez naquele limitado passeio da lojita, ia, vinha, fumava, cantava.

Pois este dândi, tão talentoso e de tal vivacidade, tinha negação quase absoluta para orador. Bulhão Pato conta, no livro *Sob os Ciprestes*, que uma única vez Lopes de Mendonça falou admiravelmente, ao apresentar, num desses conciliábulos democráticos de 1848, o jovem tipógrafo Francisco Vieira da Silva, cuja acção ficou bem assinalada no nosso meio social e jornalístico. Dois graves insucessos neste campo perturbaram profundamente o brilhante e fecundo escritor: um, ocorrido após ter sido eleito deputado, em 1855; outro, poucos anos depois, quando concorreu a professor da cadeira de literatura moderna do Curso Superior de Letras (cuja regência fora oferecida a António Feliciano de Castilho, mas por este rejeitada). Nem o incentivo de José Estêvão, o imortal orador, o inspirou no primeiro caso; nem a vasta cultura própria conseguiu vencer o seu lamentável retraimento, no segundo. Adversários ridicularizaram-no, perante este desaire académico, e redobramos nos ataques quando, por decreto de 9 de Agosto de 1860, foi nomeado professor da mesma cadeira, nobilíssima resolução devida a D. Pedro V, monarca sempre dado a apreciar antes o mérito do que a orientação política ou social daqueles que admirava..

Lopes de Mendonça, cuja saúde era já delicada, ressentiu-se da violenta atitude que contra ele tomaram, havendo sido particularmente insólito o furor, que manifestou ao saber que um dos seus detractores profetizara que em Rilhafolles um colete de forças o aguardava... Atroz vaticínio, tornado realidade no final do mesmo ano de 1860: o infeliz escritor, atingido então por loucura incurável, veio a falecer volvidos quase cinco anos!

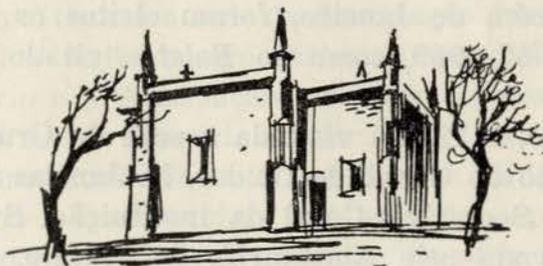


Pode dizer-se, em apreciação global dos méritos e produção literária de Lopes de Mendonça, ter sido ele, na época romântica, o nosso escritor mais reputado como crítico. Os trabalhos, que lhe outorgaram tal posição foram: *Curso de Literatura Professado no Grémio Literário* (1849); *Ensaio de Crítica e Literatura* (1849), obra que, inteiramente refundida e ampliada, saiu depois com o título de *Memórias de Literatura Contemporânea* (1855); *Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII* (1857); *Damião de Góis e a Inquisição em Portugal* (1858); e *José Agostinho de Macedo e a sua Época* (1858).

Dispersava-se por variadas actividades e mesmo sobre si próprio nem sempre exercia o esforço auto-educativo que bem necessário lhe era, mas quando se circunscrevia a um limitado ambiente

produzia obras notáveis, como os sobreditos estudos sobre Damião de Góis e José Agostinho, embora ambos um tanto prejudicados pela paixão política, tão prejudicial a muitos vultos da primeira fase do constitucionalismo. Aliás, as tendências políticas de Lopes de Mendonça não eram partidárias, pois só genèricamente defendia com entusiasmo as ideias da geração política e literária, surgida do triunfo efémero de 1848, e que alastraram por toda a Europa. Amou o socialismo, cujos adeptos não tinham ainda chegado a constituir falanges partidárias, mas apenas turbas messiânicas...

Antero de Quental, em notável artigo inserto na folha *O Operário* em 1880, isto é, quinze anos após a morte de Lopes de Mendonça, rendeu homenagem ao notável escritor e jornalista, ao dizer que ele fora, entre nós, um dos representantes desse movimento, decerto dos mais nobres pelo carácter e talvez o mais distinto pelo espírito. Propositadamente reservei para final o juízo do grande Poeta das *Odes Modernas* acerca deste tão discutido lisboeta, não o tendo ainda mencionado entre os escritores que dele se ocuparam. De valor inestimável o que Antero deixou escrito naquele artigo, porque, embora elaborado tendo em vista o panegírico do *socialismo*, o que dele ressalta é o primacial lugar que ficou ocupando o *escritor* e sobretudo o *crítico literário*. Disse o Poeta: «Em Portugal, e ainda independentemente das suas condições pessoais, Lopes de Mendonça não podia ser mais do que uma voz sem eco sério, um generoso *dilettante* revolucionário, um inofensivo precursor. Isso foi. Na história política, o seu nome não ocupará mais do que poucas linhas, como um vago sintoma de tendências ainda obscuras, enquanto a história literária lhe deverá algumas páginas, como o *primeiro crítico de temperamento verdadeiramente moderno*».



ACTIVIDADE CULTURAL

do 1.º Semestre de 1967

NESTE ano de 1967, em que perfazemos 31 anos, a nossa actividade começou com a visita ao Albergue da Mendicidade de Lisboa «Mitra», que realizámos no dia 22 de Janeiro. A visita, que foi dirigida pelos directores da instituição Srs. Capitão Oliveira Cascais, Dr. Amaral Marques e Padre José Maria de Freitas, deixou em todos as melhores impressões e abrangeu toda a vasta área, onde na Rua do Açúcar ao Poço do Bispo está instalado o Albergue, que aloja cerca de 1200 pessoas (homens, mulheres e crianças); foi acompanhada pelos directores Doutor Eduardo Neves e Hugo Raposo.

No mesmo mês, a 26, realizou-se na sede a 56.ª sessão de Colóquios Olisiponenses em que tomaram parte o Director Eng.º Júlio Eduardo dos Santos e o signatário, que abordaram o assunto «Estátuas de Lisboa» (sua localização), como já se referiu a páginas 147 dos números 117/118 do nosso *Boletim*.

Em 31, também de Janeiro, foram eleitos os Corpos Gerentes para o triénio 1967/1969, como no *Boletim* citado se refere.

Em Fevereiro, a 12, foi visitada a sede da Cruz Vermelha Portuguesa no Palácio do Conde de Óbidos, às Janelas Verdes. A visita foi dirigida pelo Secretário-Geral da instituição, Sr. Coronel Sousa Vairinho, coadjuvado pelo Almojarife do Palácio, o nosso consócio Sr. Salvador de Almeida. Foi uma visita a todos os títulos notável, dada a beleza do Palácio e a filantrópica e benemerente actividade da instituição.

A 22, na nossa sede, realizou uma conferência, sobre o pintor lisboeta António Manuel da Fonseca, o nosso Director Sr. Dr. Paulo Caratão Soromenho. O seu texto foi publicado no citado *Boletim*, n.ºs 117/118.

Em 19 de Março, em dois autocarros de turismo, deslocaram-se os «Amigos de Lisboa» à Serra da Estrela, tendo visitado no regresso as ruínas de Conímbriga. Depois de percorrerem a Serra, os visitantes, que tomaram o primeiro almoço na Covilhã e almoçaram em Seia, voltaram na madrugada seguinte a Lisboa.

A 1 de Abril foi visitado o Museu Instrumental do Conservatório Nacional de Lisboa. Após a visita, que incluiu também toda a parte escolar, realizou-se no Salão de Festas uma audição musical em que se apresentaram a pianista D. Maria Helena de Matos e o violinista Pedro Lamy da Costa Reis. Foi tocada a Sonata para violino e piano da autoria do Dr. Ivo Cruz, ilustre director do Conservatório, e como homenagem do Grupo ao referido maestro.

A 2 realizou-se a visita ao Convento dos Cardais, a Jesus, fundado em 1681, que inclui preciosos azulejos e obras de talha dourada, onde se albergam mais de cinquenta cegas. A visita foi acompanhada pela Superiora Irmã Maria das Graças e por vários directores do Grupo.

De 15 até ao fim do mês realizou-se na sede uma exposição de aguarelas do conhecido artista, nosso consócio, Sr. Narciso de Moraes, exposição que incluía várias telas de tema olisiponense, que foi muito concorrida e a que a Imprensa se referiu largamente.

A 23 do mesmo mês foram novamente visitadas as Ruínas do Convento do Carmo, onde é a sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Dirigiu a visita o signatário, antigo sócio da mesma, que fez sobre o edifício e a Associação uma breve palestra.

Neste mesmo mês, o consócio Sr. Dr. José Garcia Domingues realizou na sede uma conferência sobre Lisboa Muçulmana, focando eventos de Lisboa e referências nas recuadas épocas do domínio árabe e na literatura da mesma origem. OLISIPO transcreve alguns passos dessa conferência, que teve a presença da família do Prof. David Lopes e do actual encarregado da Cadeira de Estudos Árabes da Faculdade de Letras, Sr. Dr. Pedro da Cunha Serra.



O Director da Tapada de Mafra, Eng.º D. Segismundo da Câmara Saldanha, com os visitantes

Em Maio, domingo 7, houve visita à sede da Sociedade de Geografia de Lisboa, que foi percorrida em todas as suas salas e museu; e na biblioteca mostrava-se uma interessante exposição de Bibliografia Olisiponense, organizada pelo seu director, Sr. Marques Pereira.

A 18 realizou-se a 57.ª Sessão de Colóquios Olisiponenses (aqui se rectifica e emenda o publicado nos números 117/118 deste *Boletim*, onde a páginas 47 se diz 16.ª Sessão e deve ler-se 56.ª) em que o Sr. Eng.º Júlio Eduardo dos Santos se referiu à obra do natural de Lisboa, beneficiado Francisco Leitão Ferreira. Neste número reproduz-se parte do estudo apresentado.

A 20, e até ao fim do mês, expôs na nossa sede o pintor Albino Moura, nosso consócio, óleos, guaches e desenhos sobre temas lisboetas, com larga assistência e a presença na sessão inaugural do pintor Fred Kradolfer, há muito radicado em Lisboa.

Finalmente a 21 deslocaram-se os «Amigos de Lisboa» a Mafra, em visita a essa notável Basílica Antoniana, ao Museu, Biblioteca e Tapada anexa. A visita, que foi dirigida pelo Vice-Presidente da Junta Directiva, Eng.º Júlio Eduardo dos Santos, incluiu uma exposição bibliográfica, organizada pelo Conservador da Biblioteca, Sr. Guilherme

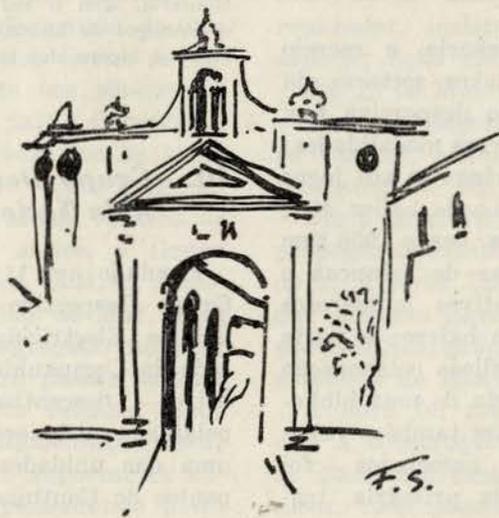
de Assunção; e após a visita à velha igreja paroquial de Santo André, os visitantes almoçaram no Jardim da Cerca e estiveram, acompanhados pelo seu Director, nosso consócio, Sr. Eng.º D. Segismundo da Câmara Saldanha, na Tapada Real, tendo visitado o curioso Pavilhão de Caça e o Museu local. Foi uma visita altamente instrutiva e agradável, que a gentileza do nosso referido consócio tornou muito simpática a todos.

Em Junho, a 18, visitou-se a sede do Ginásio Clube Português, onde o seu Director, Sr. Dr. Manuel Fradinho, informou da próxima transferência da sede deste velho clube lisboeta, fundado em 1875, para edifício próprio a construir.

Para terminar a actividades deste semestre, realizou-se na nossa sede uma conferência do nosso consócio, Sr. Eng.º João dos Santos Simões, sobre o tema *Lisboa Romântica no «Journal» de Isabella de França*, que foi acompanhada de projecções a cores. Esta conferência, a que o Eng.º Santos Simões soube dar pelo seu trabalho de investigação e colorido de apresentação o mais vivo interesse olisiponense, baseou-se na transcrição e estudo do referido diário, que se ocupa, em parte, da descrição de Lisboa de 1854.

Isabella de França era uma inglesa que casou com o rico proprietário madeirense José Henrique de França e Andrade. Foi uma notabilíssima noite de arte, com revelações curiosas e muitas inéditas sobre a nossa Lisboa de então.

E N.





Feira da Ladra



FICHEIRO

39. *Grupo Desportivo da Mouraria*

Existia, no típico bairro da Mouraria, o grupo «Leões da Mouraria», do que veio a resultar o Grupo Desportivo da Mouraria, fundado em 1 de Maio de 1936, por iniciativa de Virgílio Pinto, António Barradas e Florêncio de Sousa.

A sua primeira sede foi na Rua da Amendoeira; encontra-se presentemente no 1.º andar do n.º 80 da Rua do Terreirinho.

O desporto, a beneficência, o recreio e a cultura são os quatro sectores da sua actividade. A acção desportiva tem sido evidenciada em diversas modalidades; a actividade recreativa cinge-se aos jogos lícitos, proporcionados na sede, bailes, etc.; no sector da beneficência, desde 1956 tem o Grupo vestido dezenas de crianças e contemplado com donativos numerosos necessitados do populoso bairro; a parte cultural — que teve a valiosa colaboração do Município com a oferta de uma biblioteca e a que se juntaram também valiosas ofertas de alguns associados — foi iniciada com uma escola primária, ins-

talada na Rua do Capelão, onde foi a segunda sede da colectividade. A acção escolar desde logo se evidenciou, devendo destacar-se o valioso concurso dado à Campanha de Educação de Adultos, devida ao Sr. Dr. Henrique Veiga de Macedo, quando Subsecretário de Estado da Educação Nacional.

Sessões de cinema educativo, palestras e conferências completam a acção cultural do Desportivo da Mouraria.

NOTA

Os «Amigos de Lisboa» em 27 de Julho de 1952, depois da visita à Igreja do Coleginho na Rua Marquês de Ponte Lima e ao edifício do Amparo na Rua da Mouraria, assistiram à exibição dos participantes, sócios do Grupo Desportivo da Mouraria, na marcha da Mouraria. Esta exibição fez-se no terraço cimeiro do edifício do Amparo; a ela compareceu a direcção do Desportivo da Mouraria, com o seu estandarte, a homenagear os «Amigos de Lisboa», representados por muitos sócios e alguns dos seus dirigentes.

40. *Grupo Desportivo da Companhia Nacional de Electricidade*

Fundado em 11 de Março de 1954, o Grupo Desportivo da Companhia Nacional de Electricidade está instalado na sede da Companhia — Avenida Casal Ribeiro — descentralizando a sua acção pelas suas delegações, existentes em cada uma das unidades situadas em diversos pontos do Continente.

As suas actividades dividem-se em: desportiva, cultural e social. A desportiva, iniciada com a modalidade do tiro, ampliou a sua acção com a prática do basquetebol, natação, ténis de mesa, voleibol, bilhar, xadrez e campismo. O excursionismo tem sido praticado em moldes curiosos, dado que, além das excursões que a direcção promove, patrocina e subsidia excursões organizadas pelos associados, que já ultrapassam o milhar.

As actividades culturais constituem um sector não menos importante. Uma biblioteca, magnificamente instalada na sede, onde os sócios podem consultar livros, jornais e revistas, está equipada com bibliotecas móveis destinadas a servir as diversas delegações. Edita um boletim com colaboração de assinalável nível cultural. Dispõe de um bem montado laboratório para a prática da fotografia, sendo também de evidenciar a prática do teatro amador. Mas... o grande sector é o das actividades sociais que, resumidamente, vamos apontar: concessão de subsídios aos sócios que tenham vencimentos mais modestos, os quais se destinam a custear despesas de transporte de seus filhos no caso de frequentarem estabelecimentos de ensino distantes das residências, concedendo-lhes também o empréstimo de livros de estudo de que careçam; a concessão dos livros de estudo é feita igualmente aos sócios que andem a estudar, e aos pais a Companhia concede facilidades de horários, se tanto se considerar necessário. Com o pensamento de umas férias ideais ou fins de semana para os seus sócios, o Grupo alugou casas na Caparica, Colares, Almoçageme, Ericeira, Azenhas do Mar, Mira e Furadouro, onde o agregado familiar de cada um deles poderá passar as suas férias ou fazer fins de semana, tendo apenas que cuidar da alimentação, levar roupas de uso pessoal e suportar os encargos do transporte, pertencendo o di-

reito de prioridade sempre aos socialmente mais carecidos.

As instalações da sede são magníficas, dispondo de cantina, bar, sala de sessões e festas e salão de jogos, etc.

41. *Inválidos do Comércio*

Um dia, Alfredo Cabral, caixeiro de praça, pensou na criação de uma obra social que fosse, como exemplo de solidariedade, modelo de assistência. Essa ideia generosa servida por termos convincentes, galvanizou um grupo de que faziam parte Alexandre Ferreira, Alfredo Duarte Laureano, José Joaquim da Costa Fernandes, João Antunes Baptista, Artur Guedes da Costa Cabral, António Figueiredo Pereira, António Martins, Raul Dias de Almeida Brás, Amílcar Costa, António Gomes Suzano, António Augusto de Sousa, José Luís, José Gregório de Almeida, Homero Duarte Ramos, Manuel dos Santos Lima e João Ferreira Cabecinha — comerciantes e empregados, que em 10 de Abril de 1929 fundaram Inválidos do Comércio.

A novel instituição visava proporcionar ao trabalhador do comércio e ao próprio comerciante uma velhice em ambiente reparador, instituição que fosse, nesse aspecto, lição magnífica de mutualismo.

Em 25 de Maio de 1930 foi inaugurada a Casa de Repouso na Quinta do Paço, no Lumiar, e em 11 de Junho de 1933 inauguraram um anexo.

Em 3 de Abril de 1938, a comissão de propaganda constituída por António Casanova, Alberto Baptista Álvares e Amador Augusto Lavadinho, entrega à direcção o edifício próprio da Casa de Repouso, existente na Rua Alexandre Ferreira.

A obra foi progredindo, enriquecendo com a construção de novos blocos, entre os quais um destinado aos serviços clínicos, tudo possível mercê de generosas

dávias e de uma escrupulosa administração.

Começando com uma bolsa de colocações para desempregados e fornecimento discreto de refeições domiciliárias aos mais carecidos, a obra foi tomando vulto, amparando os filhos dos sócios falecidos, criando uma secção de internato para o sexo feminino e um pavilhão já destinado a casais.

Centenas de beneficiários ali encontraram o seu novo lar, sem imposição de fardamento, pois trajam à sua vontade, tendo os dirigentes de tão simpática obra o cuidado de lhes proporcionar elementos de cultura e recreios adequados.

Zacarias da Silva

NOTA

Como fizemos para a referência ao Grupo Desportivo da Mouraria lembramos também que «Amigos de Lisboa» por duas vezes visitaram «Inválidos do Comércio». A primeira em 24 de Janeiro de 1947 e a segunda em 22 de Julho de 1956. É natural que assim tivesse acontecido, porquanto «Inválidos do Comércio» é uma notável instituição de assistência que na nossa cidade ampara na velhice os profissionais do comércio de que grande número consta na lista dos seus associados. As impressões foram sempre óptimas e as recepções amistosas.

Alfama e o Dr. Leite de Vasconcelos

O que encanta na obra do Doutor Leite de Vasconcelos é o tom familiar de conversa com o leitor, enquanto dá a informação científica ou faz o comentário profundo, ou proporciona a sugestão prudente ou revela a circunstância nova; depois assalta-nos o assombro perante o saber e a curiosidade universais; e ainda a vastidão das fontes — bibliográficas, monumentais, manuscritas, locais — num âmbito geográfico extensíssimo que, não interessando as estrangeiras senão como elemento comparativo, se alargam

a todo o Portugal europeu, desde Melgaço a Vila Real de Santo António, penetrando o território irmão fronteiriço, quando necessário; e no tempo desde o paleolítico. O número de povoações e lugares que cita nas suas vinte e tantas mil páginas não é calculável, sequer. E sendo assim, instalado em Lisboa — a sua verdadeira terra — interessou-se imenso por ela, arqueológica, histórica e etnograficamente.

O Dr. Fernando Castelo-Branco publicou em 1959 um livro com a reprodução de todas as referências leitianas à nossa cidade e as relações biográficas do Doutor Leite com ela — trabalho útil e bem organizado, com o pequeno prejuízo das citações vindas nos volumes IV e V da *Etnografia Portuguesa* e nos *Contos Populares e Lendas*, pela razão fortíssima de que não haviam saído. No caso desta última já eu publiquei as lembranças lisboetas no meu pequeno estudo, em que fiz a apresentação dessa monumental obra do Doutor Leite e que veio em *Olisipo* n.º 108, de Outubro de 1964.

Quanto a Alfama, apesar da importância que poderíamos atribuir-lhe nos estudos do Mestre, a curiosidade foi pouco profunda: o significado da palavra Alfama («a fonte térmica», in *Lisboa Arcaica*, último parágrafo); machado de pedra polida, aparecido em 1907, junto ao Chafariz do Rei (in *Lisboa Arcaica*, cap. «Lisboa Primeva»); achados na crasta da Sé (in *Antiguidades Romanas de Lisboa*); o Pátio dos Bulhões, que ficava às Cruzes da Sé ou Praça dos Canos (pequeníssima referência in *Etnografia Portuguesa*, vol. II, p. 324); uma lápida romana nas Portas do Sol, também rapidíssima indicação (algures na obra leitiana; é a n.º 78 da *Epigrafia de Olisipo*, do Eng.º Vieira da Silva); o Rossio da Lapa, no local do Museu de Artilharia (in *Revista Lusitana*, XXXIII, 1935, p. 310-313); a Judiaria de Alfama

(in *Etnografia Portuguesa*, IV, p. 83-84: é, contudo, referência feita pelo organizador do volume, Dr. Manuel Viegas Guerreiro); notas sobre varinas (in *Etnografia Portuguesa*, v, p. 18), São Marçal (p. 177) e São Pedro Gonçalves Telmo (p. 392), introduzidas por mim.

A notícia de Alfama mais desenvolvida, escrita pelo Doutor Leite é dedicada à capela de Nossa Senhora dos Remédios e vem em dois passos da sua obra, com textos diferentes: *Opúsculos*, v, «Lisboa Pagã», p. 649-650; e *Etnografia Portuguesa*, v, p. 135-136 (o dos *Opúsculos* foi reproduzido pelo Dr. Fernando Castelo-Branco nas *Páginas Olisiponenses*, p. 90). E chega a altura de contar como o Doutor Leite teve conhecimento da capelinha, do seu poço, das virtudes da água e do registo da Senhora dos Remédios.

Em certa tarde de domingo de 1935, com o Dr. Viegas Guerreiro, então ainda aluno da Faculdade de Letras, fui a casa do Doutor Leite, a fim de o acompanharmos num passeio. Propôs-me que lhe mostrasse Alfama, mas «De modo que não tenha de subir: sempre a descer!» A caminho do meu sítio meditei o percurso, que saiu bem: o Doutor Leite nunca subiu. Aqui deixo, para conhecimento de quem não queira cansar-se, a nota do itinerário: Portas do Sol — Adiça (troço hoje nomeado Rua de Norberto de Araújo) — Calçadinha da Figueira — Rua do Castelo Picão — Beco das Cruzes — Rua da Regueira — Rua de São Miguel — Largo de São Miguel ou da Palmeira (como diz o vulgo) — Rua de São Miguel (outro troço) — Largo de São Rafael — Rua de São Pedro — Beco do Azinhal — Largo do Chafariz de Dentro — Beco do Espírito Santo — Rua da Regueira (trecho inferior) — Rua dos Remédios — Capela dos Remédios.

Paulo Caratão Soromenho

O gosto da mudança de residência

Chegou aos princípios do século, pelo menos, um curiosíssimo costume (costume ou hábito, sem idade para ser tradição e sem motivo forte para ser necessidade), característico da cidade de Lisboa. Dele ouvi falar e conheci casais que ainda lhe sofreram o predomínio. A ele me referi no estudo sobre o pintor António Manuel da Fonseca, publicado no último número de *Olisipo* (p. 46). Era o caso que em duas alturas do ano, meados e fins, a nossa capital tomava uma fisionomia diferente: era a época das mudanças!

Quando as flores enfeitavam os jardins e as brisas suavizavam o ar, os inquilinos lisboetas saíam para, de nariz levantado e os olhos encobertos pelas palmas das mãos, bisbilhotarem as casas para alugar; quando os lindos entardeceres alfacinhas de Outono se enobreciam com os tons pálidos do sol poente, novamente os inquilinos lisboetas vinham para as ruas inquirir de novos poisos. E pelos fins de Maio e termos de Novembro, os senhorios lisboetas sorriam satisfeitos às suas casas outra vez arrendadas, com belos contratos já assinados. As mudanças faziam-se dentro de semanas, em padiolas levadas por galegos e carroças ou galeras conduzidas pelos rudes e, quantas vezes, cruéis carroceiros de então: que de mistérios levemente descobertos contavam esses transportes! Era a intimidade lazeira exposta aos olhos inquiridores e às línguas maldizentes de vizinhos e conhecidos. E já então se faziam observações sobre feições típicas, que desapareceriam anos depois. Certa vez ouvi, numa conferência, o Dr. Ramada Curto declarar:

«Sou do tempo em que era normal fazerem-se periódicamente mudanças em Lisboa. Pois, senhores, era raro entre o mobiliário ver-se uma banheira!»

Claro que hoje também isso acontece, mas por outros motivos.

Os autores humoristas glosavam o assunto; o caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro também o documentou para a posteridade. Mas, qual a origem de tão singular circunstância?

Julgo, por uma indicação do quase esquecido escritor José Daniel Rodrigues da Costa, no seu *Hospital do Mundo*, p. 13 (Março de 1805), que tal *mania* era, ao tempo, relativamente recente. Conta que depois do terramoto grande se haviam dado alterações profundas na vida lisboeta e criara-se o gosto pelas mudanças de residência (talvez porque a variedade é agradável). E comentava, sorrindo:

«Se moro estes seis meses ao Chariz de Dentro, para os seis que vêm quero morar à Lapa, e nos outros para São Paulo, dali para a Boa Morte...»

Sousa Bastos (*Lisboa Velha*, p. 128-131) conta:

«Por não ter dinheiro no dia 25, havia muito quem pusesse escritos, sem

tenção alguma de se mudar. O sistema usado era desacreditar a casa às pessoas que iam vê-la para que se não alugasse, até que o inquilino arranjasse o dinheiro para o senhorio e tirasse os escritos.»

Júlio de Castilho fala (*Ubi?*) de um saboroso comentário que determinado forasteiro, vindo a Lisboa e observando-lhe os costumes, fez, ao notar que se perdera certo bom hábito antigo, implícito nas suas palavras:

«Que comerciantes são estes que de dia estão longe das mulheres, e de noite estão longe da fazenda?»

A verdade é que ainda conheci muitos comerciantes lisboetas que estavam sempre ao pé das mulheres e da fazenda. A loja era *em baixo* e a residência era *em cima*.

Paulo Caratão Soromenho



Sócios admitidos no 1.º semestre de 1967

- 3552 — Adolfo Simões Müller — *Escritor.*
3553 — José Luís Nobre e Mendonça — *Empregado de Seguros.*
3554 — Nuno de Sousa Coutinho Empis — *Gerente Industrial.*
3555 — José Esteves de Carvalho — *Empregado de Escritório.*
3556 — D. Cecília J. Veloso de Araújo — *Doméstica.*
3557 — Prof. Ludgero da Silva Alves — *Professor do Ensino Secundário Particular.*
3558 — Luís Augusto de Oliveira — *Gerente Comercial.*
3559 — Dr. José Domingos Garcia Domingues — *Professor.*
3560 — Telmo Nogueira — *Comerciante.*
3561 — Pedroso dos Santos Nunes — *Professor do Ensino Particular.*
3562 — D. Maria Augusta de Nogueira Soares e Silva Daupias de Alcochete — *Doméstica.*
3563 — Álvaro Guilherme Gomes — *Estudante.*
3564 — Albino Mendes Moura — *Pintor Decorador.*
3565 — Fernando Zambujo Ferreira — *Industrial.*
3566 — Miguel António Cardoso — *Inspector da Polícia Internacional.*
3567 — Dr. João José de Mello Lapa (Vila Nova de Ourém) — *Advogado.*
3568 — D. Adélia Ferreira Bella — *Doméstica.*
3569 — D. Maria do Carmo Birrento — *Funcionária da Direcção-Geral dos Correios e Telégrafos.*
3570 — Padre Francisco dos Santos Costa — *Pároco de Carnaxide.*
3571 — João Augusto Paes de Freitas — *Funcionário da União Nacional.*
3572 — José António Ramos Pereira de Sampaio — *Engenheiro Electrotécnico I. S. T.*

ALGUMAS DAS EDIÇÕES DO GRUPO AINDA À VENDA

	PREÇOS	
	Sócios	Público
O CAMPO DE SANTA CLARA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i>	13\$50	15\$00
A COR DE LISBOA, colaboração de vários autores...	13\$50	15\$00
O «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» E O SÉCULO XIX, por <i>Luís Teixeira</i>	4\$00	5\$00
FANTASIAS SOBRE A ORIGEM DO NOME DE LISBOA, pelo <i>Eng. A. Vieira da Silva</i>	13\$50	15\$00
A IRMANDADE DE S. LUCAS, por <i>F. A. Garcez Teixeira</i>	13\$50	15\$00
LISBOA (Comédia), por <i>Gustavo de Matos Sequeira</i>	18\$00	20\$00
LISBOA DE OUTRORA (2.º e 3.º vols.), por <i>Tinop</i> — cada	13\$50	15\$00
OLISIPO BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS, por <i>Alfredo da Cunha</i>	13\$50	15\$00
RONDA E SILVA DE LISBOA VELHA, por <i>António Ribeiro da Silva e Sousa</i>	9\$00	10\$00
URBANIZAÇÃO DE LISBOA, colaboração variada ...	4\$00	5\$00

9 DIAS

UM AUTOCARRO



De nove em nove dias durante todo o ano de 1967 a Companhia oferece a Lisboa um autocarro de dois pisos com lotação para 83 passageiros 

SENA SUGAR ESTATES, LTD.

PLANTAÇÕES E FÁBRICAS DE AÇÚCAR EM

LUABO e MARROMEU

PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

TRADIÇÃO
E
PROGRESSO



BANCO BORGES & IRMÃO



PORTO - Rua Sá da Bandeira, 20
LISBOA - Largo de S. Julião, 1-2
AGÊNCIAS EM TODO O PAÍS
CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO